

A SOCIEDADE CAPITALISTA

SANDRA M.M. SIQUEIRA
FRANCISCO PEREIRA



**Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas
(LeMarx/FACED/UFBA)**
Título: *Marx/Engels: A sociedade capitalista*
Autores: Sandra M. M. Siqueira e Francisco Pereira
LeMarx/FACED/UFBA
Salvador, janeiro de 2020.
Capa: Dielson Costa

Em homenagem a todos os revolucionários e revolucionárias que lutaram, sem retroceder, pela superação do capitalismo, e que tiveram em *O Capital* (1867), de Karl Marx, o seu guia para a defesa do socialismo.

“O objetivo final desta obra, diz Marx no seu prefácio a *O Capital*, é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna”, isto é, da sociedade capitalista, da sociedade burguesa. O estudo das relações de produção de uma sociedade historicamente determinada e concreta no seu nascimento, desenvolvimento e declínio, tal é o conteúdo da doutrina econômica de Marx. (V. I. Lênin, *Karl Marx*, 1914).

SUMÁRIO

1. Apresentação	6
2. A Sociedade Capitalista	9
2.1. Introdução	9
2.2. O <i>Manifesto Comunista</i> e a crítica do capitalismo	12
2.3. Estudos econômicos anteriores a <i>O Capital</i>	27
2.3.1. <i>Trabalho assalariado e capital</i>	27
2.3.2. <i>Para a crítica da economia política</i>	40
2.3.3. <i>Salário, Preço e Lucro</i>	48
2.4. <i>O Capital</i> : obra magna de Marx	54
2.4.1. O método de <i>O Capital</i>	54
2.4.2. Trabalho e Teoria do valor-trabalho	60
2.4.3. A mercadoria e o dinheiro.....	64
2.4.4. A transformação do dinheiro em capital.....	68
2.4.5. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa.....	77
2.4.6. A acumulação de capital.....	84
2.4.7. Tendências e crise do capitalismo.....	88
3. Conclusões	110
4. Bibliografia	101

1. Apresentação

Em 2017 publicamos um livro intitulado *Marx e Engels: Uma introdução*, no qual tratamos do desenvolvimento geral do pensamento dos fundadores do marxismo, nos seus múltiplos e variados aspectos: filosofia, economia, política, ciência e a atividade revolucionária.

Por conta da decisão do Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX-UFBA) de proporcionar aos estudantes, professores e à militância em geral uma Formação Marxista cobrindo aspectos como o materialismo histórico, a crítica da sociedade capitalista, a luta pelo socialismo e o combate às opressões, decidimos destacar do livro acima mencionado dois capítulos que tratam da crítica marxista da economia e da sociedade capitalista, a partir das análises fundamentais elaboradas por Karl Marx e Friedrich Engels em toda a sua obra de crítica da Economia Política e do capitalismo, em especial, em *O Capital* (1867).

Muito se tem discutido hoje sobre a pertinência dessas análises não só entre os seguidores de Marx e Engels, como também entre os representantes ideológicos e políticos da burguesia. É evidente que os intelectuais e políticos da classe dominante procuraram desqualificar a teoria marxista e defender que o capitalismo sofreu muitas transformações, desde a época de Marx, e que, hoje, daquele tempo até hoje, os trabalhadores conseguiram melhorar as suas condições de vida e trabalho.

O objetivo dessas críticas ao marxismo é tentar comprovar que é possível “humanizar” o capitalismo, que, por meio de melhorias graduais, sem a necessidade de uma revolução social, pode-se civilizar o capital e construir uma sociedade “mais justa” nos limites mesmos da ordem capitalista.

Essa tentação de reformar o capitalismo por meio da obtenção de pequenas reformas graduais passou a ser defendida por uma ala da socialdemocracia a partir do final do século XIX e inícios do século XX. Eduard Bernstein foi quem deu expressão teórica a essa corrente, que teve, obviamente, de romper com o método dialético e a caracterização marxista dos métodos de exploração e acumulação do capital.

Entretanto, coube aos revolucionários como V. I. Lênin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, entre outros, a tarefa de defender a teoria marxista sobre o

capitalismo e atualizá-la no que se refere à nova fase que se iniciava no final do século XIX e primeiros anos do século XX: a fase imperialista. Mas, entre esses marxistas, foi Lênin quem melhor caracterizou a fase imperialista do capitalismo, mostrando que se tratava de uma época de domínio do capital financeiro e dos grandes monopólios e oligopólios. Uma época de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Portanto, os textos procuram sintetizar os fundamentos da crítica marxista da sociedade burguesa, buscando compreender a origem, as transformações e o processo de decadência da ordem do capital. No que for necessário, completaremos as análises de Marx e Engels, com as contribuições dos revolucionários do século XX, especialmente as de Lênin.

Defendemos algumas teses nestes textos, entre as quais:

- 1) O capitalismo é um modo de produção social fundado na exploração da força de trabalho assalariada, por meio da qual extrai a mais-valia (sobretalho ou trabalho excedente), base da acumulação do capital;
- 2) Toda a obra econômica e social de Marx e Engels consiste em estudar as leis de movimento da formação social capitalista, sua origem, desenvolvimento e decadência;
- 3) Para os fundadores do marxismo, o capitalismo é apenas mais uma fase transitória na história da humanidade, portanto não têm sentido as teorias que tentam torná-lo imutável ou insuperável;
- 4) A formação social capitalista não pode ser humanizada e, ao contrário, tem de ser superada, levando em conta as condições objetivas e subjetivas de sua superação.

Se cumprirmos com o objetivo de estimular os leitores a estudar e debater criticamente a teoria marxista, teremos atingido as nossas metas.

Salvador, janeiro de 2020.

Comissão Editorial do LEMARX

Os fundadores do marxismo (socialismo científico)



Karl Marx (1818-1883)



Friedrich Engels (1820-1895)

2. A Sociedade Capitalista

2.1. Introdução

Os textos a seguir têm como objetivo apresentar as análises de Marx e Engels sobre a origem, desenvolvimento, contradições e possibilidades de superação da sociedade capitalista, que se encontra visivelmente em processo de decadência, desenvolvendo as suas tendências de barbárie social.

Trata-se, portanto, da aplicação do Materialismo Histórico à compreensão crítica da ordem do capital, do seu movimento histórico, desde a sua formação – a partir da crise e desagregação da ordem feudal -, às contradições internas que levam a sua decadência e à possibilidade de sua superação pela via da luta de classes dos trabalhadores contra a classe dominante burguesa.¹

O marxismo concluiu da análise do processo histórico que não há formação social que seja imutável, absoluta, definitiva ou insuperável. As diversas formações sociais construídas ao longo de milhares de anos pelos indivíduos foram varridas pelas transformações históricas, sendo substituídas por outras, com suas próprias particularidades e contradições.

¹ Além das obras de Marx e Engels citadas ao longo desta introdução e em anexo, para uma visão geral sobre o processo de conformação do pensamento de Marx e Engels sobre a Economia Política e a sociedade burguesa é preciso estudar as seguintes obras: LÊNIN, V.I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979; *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012; TROTSKY, Leon. *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998; *O marxismo de nossa época*. In: TROTSKY, Leon. *O Imperialismo e a crise econômica mundial*. São Paulo: Sundermann, 2008; LUXEMBURGO, Rosa. *Introdução à Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1978; *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985; MANDEL, Ernest. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001; *A formação do pensamento econômico de Karl Marx (de 1843 até a redação de O Capital)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978; *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1985; *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1985; *Tratado de economia marxista*. México: Era, 1969; SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962; BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977; BARAN, P. A. e SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974; DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; BUKHARIN, Nicolai. *ABC do comunismo*. Bauru-SP: Edipro, 2002; *A economia mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984; ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 2001; SALAMA, Pierre e VALIER, Jaques. *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002; COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2002; NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

Diferentemente do que a classe dominante de uma dada forma de sociedade costuma supor – isso também ocorre com a burguesia no capitalismo -, seu modo de produção e seu processo de dominância não é o “fim da história”, mas uma etapa transitória da história da humanidade. Isso vale para as sociedades classistas pré-capitalistas (escravismo antigo, feudalismo), conhecidas pela historiografia, quanto para o capitalismo atual, por mais que o senso comum e o próprio pensamento burguês não o reconheçam.

Marx expressou essa posição em *A Miséria da Filosofia* (1847), quando demonstrou o caráter transitório da sociedade capitalista e das categorias econômicas que expressam as suas relações sociais:

Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais. Por isso, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas como as relações sociais que exprimem. São produtos históricos e transitórios.²

Marx e Engels começaram a estudar a Economia Política e a sociedade capitalista no decorrer da década de 1840, quando ainda eram muito jovens. Engels despertou para esse estudo movido pela influência da realidade das condições de vida e trabalho da classe operária inglesa, que conheceu diretamente, a partir de sua mudança da Alemanha para a Inglaterra em 1842, para trabalhar nas fábricas têxteis do seu pai, e por observação pessoal da vida operária nos bairros populares da época.

Marx, por sua vez, se viu diante de “questões materiais”, quando atuava como redator-chefe da *Gazeta Renana* (1842-1843), às quais precisava dar respostas e não as encontrava na perspectiva da filosofia de Hegel e dos jovens hegelianos de esquerda – à qual pertencia -, e, sob influência de Ludwig Feuerbach, realiza uma releitura da obra hegeliana. Marx chegou então à conclusão, desde essa época, que era necessário fundamentar a compreensão da superestrutura jurídico-política (Estado, instituições, direito) e as formas de consciência social (filosófica, jurídica, artística, religiosa, entre outras) na produção e reprodução material da vida social.

Nas suas próprias palavras, presente no *Prefácio a Para a Crítica da Economia Política* (1859):

² Cf. MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Centauro, 2003, p. 98.

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (*bürgerliche Gesellschaft*), segundo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na Economia Política.³

Como tal, era preciso estudar a própria sociedade, a sua base, a produção e reprodução da vida social, a “anatomia” da sociedade burguesa. Ou seja, era urgente investigar a fundo a Economia Política. Por influência do próprio Engels, autor de um genial artigo para os *Anais Franco-alemães*, de começos de 1844, intitulado *Esboço de uma crítica da Economia Política*, Marx se dedica à leitura de diversos pensadores da Economia Política clássica, entre eles, Adam Smith e David Ricardo.

Os fundadores do marxismo cumpriram esta missão de maneira rigorosa e incansável. Em quatro décadas publicaram diversas obras e deixaram todo um conjunto de manuscritos, que só vieram a lume no século XX, que demonstram o cuidado e o esforço por se apropriar do conhecimento historicamente desenvolvido pelos estudiosos da Economia Política burguesa e seus críticos, bem como dos fundamentos da sociedade capitalista, em seus mais diversos elementos e nuances.

Além dos primeiros textos como o *Esboço* de Engels, os *Manuscritos de Paris* e *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de Marx, de 1844, podem-se citar como expressão desse processo *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 1845), *A Miséria da Filosofia* (Marx, 1847), *Princípios do Comunismo* (Engels, 1847), *O Manifesto do Partido Comunista* (Marx e Engels, 1848), *Trabalho Assalariado e Capital* (Marx, 1849), os manuscritos de *Grundrisse* (Marx, 1857-1858), *Para a Crítica da Economia Política* (Marx, 1859), *Os manuscritos* de 1861-1863 (Marx), *Salário, Preço e Lucro* (Marx, 1865) e, finalmente, a publicação da obra mais importante de análise da sociedade burguesa, *O Capital* (Marx, 1867). Desse conjunto, resulta uma análise crítica do pensamento econômico burguês e das bases da sociedade capitalista.

³MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 24-25.

2.2. O Manifesto Comunista e a crítica do capitalismo

O *Manifesto Comunista* de 1848 é um marco na história do pensamento da humanidade, constituindo uma síntese monumental do desenvolvimento histórico da sociedade burguesa e de suas contradições. Representa o desenvolvimento do materialismo histórico e sua aplicação à compreensão da história da sociedade moderna, das suas transformações, das relações entre as classes sociais, do caráter do movimento socialista e das diversas tendências que atuavam em seu seio, do sentido do comunismo como um processo histórico, das relações entre os comunistas e o movimento operário, do programa comunista e da necessidade de constituição do proletariado como partido político na luta contra a dominação burguesa.

Os dois autores iniciam a análise no Manifesto com a seguinte frase: “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se em uma Santa Aliança para conjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha”. A aversão às ideias comunistas era uma prova clara de que: “1º: O comunismo já é reconhecido como força por todas as potências da Europa; 2º: É tempo de os comunistas exporem, abertamente, ao mundo inteiro, seu modo de ver, seus objetivos e suas tendências, opondo um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo”.⁴

Para os autores do *Manifesto Comunista*, a história da humanidade (das sociedades de classes) até a sociedade burguesa é a história da luta de classes:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos em constante oposição, têm vivido em uma guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.⁵

⁴MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 39.

⁵Idem, p. 40. Engels, numa nota à edição inglesa de *O Manifesto Comunista*, publicada em 1888, completou a assertiva do *Manifesto* de que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” da seguinte forma: “Isto é, toda história escrita. A pré-História, a organização social anterior à história escrita, era desconhecida em 1847. Mais tarde, Haxthausen (August von, 1792-1866) descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer (Georg Ludwig von) mostrou ter sido essa a base social da qual as tribos teutônicas derivaram historicamente e, pouco a pouco, verificou-se que a comunidade rural era a forma primitiva da sociedade, desde a Índia até a Irlanda. A organização interna dessa sociedade comunista primitiva foi desvendada, em sua forma típica, pela descoberta de Morgan (Lewis

Assim se organizaram as sociedades escravistas da Antiguidade e as sociedades feudais. A sociedade burguesa, por acaso, aboliu as classes sociais? De maneira nenhuma. Pelo contrário, dizem os dois revolucionários, a “sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado”.⁶ A burguesia, por meio da grande indústria, criou as bases para o advento do proletariado moderno, seu antagonista.

O capitalismo foi resultado de todo um processo de transformações iniciadas no ventre da sociedade feudal, mudanças que culminaram com o fortalecimento do poder econômico da burguesia e sua conquista do poder político do Estado. Marx e Engels citam as principais transformações ocorridas ao longo de pelo menos quatro séculos: as grandes navegações, a colonização de novas terras, a expansão dos mercados, o desenvolvimento da manufatura e do comércio, a formação dos Estados nacionais, a concentração da riqueza nas mãos dos comerciantes, a Revolução Industrial, a formação de um mercado mundial, entre outras.

No seio do mundo feudal, baseado na produção agrícola e na exploração do trabalho servil pela nobreza e pelo clero, desenvolveu-se, portanto, um conjunto de mudanças, que incrementou as forças produtivas, que entraram em choque com as relações de produção servis e com a economia limitada do feudalismo. As novas forças produtivas criadas estavam em franco conflito com as relações de propriedades feudais. Na verdade, com o avanço das forças produtivas, as relações sociais de produção servis acabaram por se tornar um estorvo, uma barreira à continuidade desse desenvolvimento.

Marx e Engels explicam sinteticamente a essência da transformação de um modo de produção e o advento de outro nos seguintes termos:

os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal. Em uma certa etapa do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava – a organização feudal da agricultura e da manufatura, em suma, o regime feudal de propriedade – deixaram de corresponder às forças

Henry, 1818-81) da verdadeira natureza de gens e de sua relação com a tribo. Após a dissolução dessas comunidades primitivas, a sociedade passou a dividir-se em classes distintas” (Idem, p. 40).

⁶Idem, p. 40.

produtivas em pleno desenvolvimento. Tolhiam a produção em lugar de impulsioná-la. Transformaram em outros tantos grilhões que era preciso despedaçar; e foram despedaçados.⁷

O avanço do comércio centralizou as forças produtivas diluídas na economia artesanal, doméstica e nas corporações de ofício e as substituiu por manufaturas, que concentravam mais trabalhadores e aumentavam a produtividade do trabalho. A burguesia, em ascensão, estabeleceu internamente uma divisão do trabalho. No século XVIII, o capitalismo avançou e suprimiu a dominação feudal da economia europeia, abrindo caminho à criação de um mercado mundial:

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolveram, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando em um segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média.⁸

Essas transformações na base material da sociedade, isto é, nas condições materiais da existência social, foram acompanhadas por profundas mudanças na estrutura social e nas instituições político-jurídicas, criando as condições para uma transformação completa das formas de consciência social até então dominantes, constituindo novas formas de pensar o mundo, a história, a sociedade, o Estado e os indivíduos. Como observam Marx e Engels, seria

preciso grande inteligência para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos; em uma palavra, muda a sua consciência? Que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante. Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que no seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma sociedade nova e que a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das antigas condições de existência.⁹

Nesse processo de transição do feudalismo ao capitalismo, a burguesia, em sua luta contra a dominação da nobreza e do clero e o domínio das

⁷Idem, pp. 44-45.

⁸ Idem, p. 41.

⁹ Idem, pp. 56-57.

relações de produção e de trocas servis, jogou um papel revolucionário: “A burguesia desempenhou na História um papel revolucionário”. Sua intervenção histórica é notadamente marcada por profundas contradições. Destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Em lugar dos laços feudais colocou o laço do frio interesse do pagamento à vista, substituiu pelo cálculo egoísta os antigos sentimentalismos e os fervores sagrados da exaltação religiosa.

A burguesia fez da dignidade pessoal um simples valor de troca, substituiu todas as liberdades pela liberdade do comércio, converteu as atividades anteriores e os profissionais em seus assalariados, criou e desenvolveu novas forças produtivas, aumentando a produtividade do trabalho, conquistou novos mercados e deu caráter cosmopolita à produção e ao consumo capitalista, desenvolveu um intercâmbio universal, inclusive no campo da cultura e a interdependência das nações, submeteu o campo à cidade, concentrou os meios de produção, de distribuição e de trocas, revolucionou os meios de comunicação e de transporte.

Um conjunto de transformações que destruíram definitivamente as antigas relações de produção, consolidando a nova sociedade burguesa, o domínio do capital sobre os trabalhadores assalariados. O trabalho do proletário cria

o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de gerar novo trabalho assalariado, para voltar a explorá-lo. Em sua forma atual, a propriedade se move entre dois termos antagônicos: capital e trabalho. Examinemos os termos desse antagonismo.

Ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social na produção. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade.

O capital não é, portanto, um poder pessoal, é um poder social.¹⁰

Mas as transformações não pararam por aí. Na verdade, a burguesia não pode existir

sem revolucionar os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais (...). Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que

¹⁰Idem, pp. 52-53. Marx e Engels advertem: “Na sociedade burguesa o trabalho vivo é sempre um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista o trabalho acumulado é um meio de ampliar, enriquecer e promover a existência dos trabalhadores”. (Idem, p. 53).

as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e suas relações com os outros homens. (...) Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países (...). No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações.¹¹

Sob “pena da ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhanças”.¹² Na verdade, as economias de países de continentes como a América, a Ásia e a África foram integradas ao mercado mundial capitalista, desde a sua fase comercial até a época imperialista, dissolvendo ou submetendo as antigas relações de produção, de troca e de distribuição existentes, colocando-as sob o signo do capital. Esse processo obedeceu, evidentemente, à *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.¹³

A economia capitalista tem como um traço essencial a anarquia da produção. Significa dizer que o capitalista individual, ou a empresa, só tem controle sobre a sua produção interna, mas não controla os outros capitalistas, nem muito menos a economia como um todo. Não se sabe quanto o seu

¹¹Idem, p. 43.

¹²Idem, pp. 43-44.

¹³Mais a frente, no prefácio da primeira edição de *O Capital*, Marx dirá que “O país mais desenvolvido industrialmente não faz mais que mostrar aos de menor desenvolvimento a imagem de seu próprio futuro”. Trotsky, analisando essa passagem de *O Capital*, já em plena fase imperialista do capitalismo, observa o seguinte: “Esse pensamento não pode ser tomado literalmente, em circunstância alguma. O crescimento das forças produtivas e o aprofundamento das incompatibilidades sociais são indubitavelmente o destino que corresponde a todos os países que tomaram o caminho da evolução burguesa. No entanto, a desproporção nos “ritmos” e medidas, que sempre se produz na evolução da humanidade, não somente se faz especialmente aguda sob o capitalismo, mas também dão origem à completa interdependência da subordinação, a exploração e a opressão entre os países de tipo econômico diferente. Somente uma minoria de países realizou completamente essa evolução sistemática e lógica que parte do artesanato e chega à fábrica, passando pela manufatura, que Marx submeteu a uma análise tão detalhada. O capital comercial, industrial e financeiro invadiu do exterior os países atrasados, destruindo em parte as formas primitivas da economia nativa e em parte sujeitando-as ao sistema industrial e bancário de Ocidente. Sob o chicote do imperialismo, as colônias viram-se obrigadas a prescindir das etapas intermediárias, apoiando-se ao mesmo tempo e artificialmente em um nível ou em outro. O desenvolvimento da Índia não reproduziu o desenvolvimento da Inglaterra; completou-o. No entanto, para poder compreender o tipo combinado de desenvolvimento dos países atrasados e dependentes, como a Índia, é sempre necessário não esquecer o esquema clássico de Marx derivado do desenvolvimento da Inglaterra. A teoria operária do valor guia igualmente os cálculos dos especuladores da City de Londres e as transações monetárias nos rincões mais remotos de

concorrente produzirá, nem quanto a sociedade demandará em termos de mercadorias (bens e serviços). Na verdade, a economia capitalista não é uma economia centralmente planejada. O único laço que liga os capitalistas é o mercado. O movimento dos preços serve de sinal aos capitalistas sobre a maior ou menor adequação da produção ao consumo, mas não há um planejamento de todo o processo econômico.

Ao impulsionar as forças produtivas (meios de produção e organização da força de trabalho), as contradições da sociedade, ao invés de cederem, tornam-se cada vez mais profundas e explodem em crises cíclicas de superprodução de valores periodicamente. É a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

Desde 1825, quando explodiu uma crise de superprodução no capitalismo – ainda que circunscrita à Europa e, mais especificamente, à Inglaterra industrializada – a economia burguesa convive permanentemente com crises cíclicas, que fazem acumular as suas contradições. Mesmo depois da criação de instrumentos de política econômica pelos governos dos Estados capitalistas e pelos grandes conglomerados econômicos não se conseguiu superar essa contradição ao longo do século XX.

Marx e Engels descrevem essa contradição do sistema capitalista da seguinte forma:

A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas.¹⁴

Neste sentido, as “armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia”. Isso porque as

Hyderabad, exceto que no último caso adquire formas mais singelas e menos astutas”. Cf. TROTSKY, Leon. O marxismo e nossa época. In: *O Imperialismo e a crise econômica mundial*. São Paulo: Sundermann, 2008, pp. 186-187.

¹⁴Idem, p. 45.

forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las.¹⁵

O *Manifesto Comunista* deixa evidentes as condições objetivas para o advento do socialismo. Como dissemos, o desenvolvimento do capitalismo é contraditório. Ao mesmo tempo em que faz avançar as forças produtivas, estimula o desenvolvimento da técnica e da ciência em sua ascensão, constrói as bases para a superação do próprio capitalismo. A produção no capitalismo é cada vez mais social. Os trabalhadores só produzem de maneira coletiva, nas grandes fábricas e indústrias modernas. Não há uma única mercadoria que não seja resultado do trabalho de vários operários na economia moderna.

Entretanto, contraditoriamente, a apropriação dos produtos do trabalho é privada, isto é, a riqueza se acumula nas mãos dos capitalistas. Essa contradição se reflete no choque profundo entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção, transformadas em barreira ao avanço da humanidade como um todo. O resultado disso é a irrupção de crises periódicas cada vez mais intensas. Mas, uma vez acumuladas essas contradições durante o longo processo de existência do capitalismo, desenvolve uma crise estrutural de grandes dimensões e impactos na vida social.

Esse impasse precisa de uma resposta. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels haviam sintetizado a *concepção materialista da história* e mostrado que o choque entre as forças produtivas e as relações de produção abre uma época revolucionária, de transição de um modo de produção decadente em um novo modo de produção, em uma nova organização social, cujas relações de produção liberem as forças produtivas e possam abrir uma nova etapa de desenvolvimento da humanidade.

¹⁵Idem, *ibidem*.

Mas, para isso, não são suficientes as condições objetivas. Elas são a base para as transformações políticas, sociais e econômicas, mas é preciso a gestação de condições subjetivas: a consciência de classe e a organização política da classe revolucionária. No caso do capitalismo, a classe verdadeiramente revolucionária é o proletariado, por seu papel nas relações de produção. A classe operária, imersa em condições de vida e trabalho marcadas pela exploração, é o coveiro do capital, das relações de produção e de propriedade capitalistas:

A burguesia, porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os *proletários*. Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, atodas as flutuações do mercado.¹⁶

Para os dois revolucionários, de “todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é o seu produto mais autêntico”.¹⁷

De uma massa indiferenciada e desorganizada como era no início do século XIX, a classe operária vai sendo forçada a reagir contra as condições de exploração impostas pelo capital nas indústrias, nas minas, na agricultura. A classe operária é a classe que produz a riqueza social, apropriada pelo capital sob a forma de sobretrabalho, que vive inteiramente de seu próprio trabalho e que não tem, portanto, interesse em manter a sua exploração social. Os assalariados trabalham e produzem a riqueza social coletivamente. Para os trabalhadores não há solução possível para os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais a não ser pelo debate e pela ação coletivos.

Daí porque, logo em seguida, os trabalhadores começam a formar associações secretas e, uma vez conquistado o direito de associação, formaram associações e sindicatos para a defesa de suas reivindicações. Por meio da greve e de outros métodos de luta os operários defendem as suas

¹⁶Idem, p. 46.

¹⁷Idem, p. 49.

reivindicações e direitos, combatem as ações dos capitalistas contrários aos seus interesses e avançam na sua consciência política. Os trabalhadores assalariados dos bancos, do comércio, das finanças e dos setores de serviços das atividades econômicas também seguiram os operários da indústria em muitos aspectos da organização e da luta.

A organização dos trabalhadores é um contrapeso à concorrência interna à classe, estimulada, aliás, pelas relações capitalistas e pelo mercado de trabalho. O exército industrial de reserva (os desempregados) é manejado pela burguesia para forçar a baixa dos salários e incrementar a competição entre os trabalhadores. Marx e Engels notaram que a organização do proletariado em classe e, portanto, em *partido político* é

incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra.¹⁸

Portanto, ao se organizarem, os trabalhadores combatem coletivamente as tendências desagregadoras ditadas pela concorrência capitalista em seu seio. Mas, para além da organização sindical e das lutas econômicas, os trabalhadores também formaram organizações políticas (partidos) de caráter nacionais e internacionais. Desenvolveu-se uma vanguarda no seio dos trabalhadores, que representam o setor mais avançado e combativo. Diferenciando-se progressivamente das tendências utópicas do socialismo e do comunismo, passaram a assentar as suas análises, tarefas e ações em uma concepção científica do capitalismo.

Mas qual a relação dos comunistas com o movimento operário? Para Marx e Engels, os comunistas

não têm interesses diferentes dos interesses do proletariado em geral. Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretendam moldar o movimento operário. Os comunistas se distinguem dos outros partidos somente em dois pontos: 1) Nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade; 2) Nas diferentes fases de desenvolvimentos por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto.¹⁹

¹⁸Idem, p. 48.

¹⁹Idem, p. 51.

O que caracteriza o comunismo

não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa.

Mas a moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classes, na exploração de uns pelos outros.

Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria numa única expressão: supressão da propriedade privada.²⁰

Nesse caso, o objetivo “imediate dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”.²¹

Atuando no seio do movimento operário, jamais apartado dos seus problemas e sentimentos, os comunistas se esforçam por organizar e mobilizar os trabalhadores a partir de um programa revolucionário que aponte efetivamente para um processo de transformação do capitalismo e de construção do socialismo. Marx e Engels procuraram diferenciar os comunistas das diversas vertentes de socialismo utópico, a partir de uma análise histórica do capitalismo, das classes sociais e da luta de classes. A exemplo de *Princípios do Comunismo*, redigido por Engels, trataram de fazer uma análise crítica das correntes socialistas da época e esclarecer a posição dos comunistas em relação aos partidos políticos existentes em vários países.

Destacaram na literatura socialista e comunista, as vertentes do *socialismo reacionário* (socialismo feudal, socialismo pequeno-burguês, o socialismo alemão ou “verdadeiro” socialismo), o *socialismo conservador* ou *burguês*, o *socialismo* e o *comunismo crítico-utópicos*, que ora tentavam girar a roda da história para o passado, ora limitavam as transformações necessárias a reformas no interior do capitalismo, ora se apegavam a frases e *slogans* vazios, sem ligação concreta com a luta de classes do proletariado.

²⁰Idem, p. 52.

²¹Idem, ibidem. É preciso lembrar que, em 1914, deu-se a maior divisão do movimento socialista, com a separação entre a socialdemocracia (reformistas, revisionistas) e os revolucionários comunistas. Líderes socialdemocratas em vários países votaram a favor dos créditos de guerra para que a burguesia imperialista pudesse travar a Primeira Guerra Mundial e submeter os países capitalistas atrasados à sua influência econômica e política. Esse fato anunciou o fim da Segunda Internacional (1889-1914) e antecipou a necessidade de construção de uma nova internacional, a Terceira Internacional, fundada por V. I. Lênin, em 1919, na Rússia, depois da vitória do proletariado revolucionário na Revolução de Outubro de 1917.

De certa forma, o fato de terem denominado a sua obra de 1848 de *Manifesto Comunista* e não de socialista tem a ver com a realidade do movimento e das tendências socialistas da época. Engels explicou essa questão no *Prefácio* à edição inglesa de 1888 do *Manifesto Comunista*:

Em 1847, consideravam-se socialistas dois tipos diversos de pessoas. De um lado, havia os adeptos dos vários sistemas utópicos, principalmente os owenistas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, ambos já reduzidos a meras seitas agonizantes. De outro, os vários gêneros de curandeiros sociais que queriam eliminar, por meio de suas várias panaceias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro. Nos dois casos, eram pessoas que não pertenciam ao movimento dos trabalhadores, preferindo apoiar-se nas classes “cultas”. Em contrapartida, o setor da classe trabalhadora que exigia uma transformação radical da sociedade, convencido de que revoluções meramente políticas eram insuficientes, denominavam-se então *comunista*. Tratava-se ainda de um comunismo mal esboçado, instintivo, e, por vezes, grosseiro. Mas era bastante poderoso para dar origem a dois sistemas de comunismo utópico – na França, o “icariano” de Cabet, e, na Alemanha, o de Weitling. Em 1847, o socialismo significava um movimento burguês, e o comunismo, um movimento da classe trabalhadora. Ao menos no continente, o socialismo era muito bem considerado, enquanto o comunismo era o oposto. E como, desde então, éramos decididamente da opinião de que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra da própria classe trabalhadora”, não podíamos hesitar entre os dois nomes a escolher. Posteriormente nunca pensamos em modificá-lo.²²

Marx e Engels mostraram que o comunismo não é uma utopia, no sentido de sonho impossível de ser concretizado, ou um modelo de sociedade futura formulado por geniais pensadores, ao qual a realidade deve se adequar, mas uma possibilidade aberta pelo desenvolvimento da sociedade burguesa atual, com o processo de industrialização, a articulação da economia mundial, o desenvolvimento da ciência e o surgimento do proletariado. Na verdade, o socialismo se tornou uma necessidade histórica, sob pena de se impôr a barbárie no curso do aprofundamento da crise do capitalismo.

Relatam que as “proposições teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo. São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos”.²³ A revolução comunista, dizem, “é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; não admira, portanto, que no curso de seu desenvolvimento se rompa, do modo mais radical, com as

²²Idem, p. 77.

²³Idem, pp. 51-52.

ideias tradicionais”.²⁴ Os comunistas “se recusam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente”.²⁵ Com o processo revolucionário, ocorre

a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia. O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas. Isso naturalmente só poderá ser realizado, a princípio, por intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção.²⁶

Marx e Engels apresentam no *Manifesto Comunista* um conjunto de medidas a serem colocadas em prática no processo revolucionário, medidas essas que estavam ligadas em grande medida à realidade da época e ao caráter da revolução nos países mais adiantados no desenvolvimento do capitalismo (Inglaterra e França) ou mais atrasados no processo de industrialização (como na Alemanha). Mas, o fundamental é que, quando

no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classe e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe. Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.²⁷

É preciso, uma vez mais, considerar o aspecto fundamental do *Manifesto Comunista*: a necessidade de a classe operária organizar-se em partido próprio, diferenciado, portanto, dos partidos da classe dominante. Além do exame das condições objetivas para a superação do capitalismo, ausente nas diversas vertentes utópicas do socialismo e a clara compreensão do caráter

²⁴Idem, p. 57.

²⁵Idem, p. 69.

²⁶Idem, p. 58.

²⁷Idem, pp. 58-59.

histórico e transitório da sociedade burguesa (afinal, o capital é um poder social, nada tem de natural), o comunismo de Marx e Engels se destaca por indicar que a emancipação do proletariado deve ser realizada pelo próprio proletariado.

O comunismo não será produto da humanização do capitalismo. Também não é resultado da ação de pequenos grupos de intelectuais da pequena burguesia, em substituição aos trabalhadores, mesmo que bem armados e treinados. Marx e Engels não contemporizaram com as tentativas de golpes espetaculares por grupos da pequena burguesia. Para Marx e Engels, apenas os trabalhadores, organizados de maneira independente da burguesia, pode conquistar a sua emancipação. Para tanto, deixam patente a necessidade de organização política do proletariado em *partido*, nas tarefas de transformação social, até a completa superação do Estado burguês, que, para os autores do *Manifesto Comunista*, não é “senão um Comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”.²⁸

Em 1872, sob o impacto recente da tomada do poder pelo proletariado parisiense, no grande acontecimento da *Comuna de Paris*, Marx e Engels escreveram um *Prefácio* à edição alemã do *Manifesto Comunista*. 25 anos distanciavam o referido prefácio do texto original. Os fundadores do marxismo afirmaram o seguinte:

Por mais que tenham mudado as condições nos últimos 25 anos, os princípios gerais expressados nesse *Manifesto* conservam, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio *Manifesto*, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias propostas no final da seção II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em muitos aspectos. Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, primeiramente na revolução de fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela

²⁸Idem, p. 42. Sobre a caracterização do Estado moderno, diz Leon Trotsky: “Nesta fórmula concentrada, que para os dirigentes socialdemocratas aparecia como um paradoxo jornalístico, encontra-se, na verdade, a única teoria científica sobre o Estado. A democracia criada pela burguesia não é, como pensavam Bernstein e Kautsky, uma concha vazia que se pode, tranquilamente, encher com um conteúdo de classe desejável. A democracia burguesa só pode servir à burguesia. O governo de “Frente Popular” dirigido por Blum ou Chautemps, Caballero ou Negrín é tão somente “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Quando este comitê se sai mal em seus negócios, a burguesia expulsa-o do poder a pontapés”. Cf. TROTSKY, Leon. Noventa anos do *Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 161.

primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses. A Comuna de Paris demonstrou, especialmente, que “não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins” (ver *A Guerra Civil na França; Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores*, de 1871, onde essa ideia é mais desenvolvida). Além do mais, é evidente que a crítica da literatura socialista mostra-se deficiente em relação ao presente, porque só chega a 1847; as observações sobre as relações dos comunistas com os diferentes partidos de oposição (seção IV), embora em princípio corretas, na prática estão desatualizadas, pois a situação política modificou-se totalmente e o desenvolvimento histórico fez desaparecer a maior parte dos partidos ali enumerados.²⁹

No *Prefácio* à edição alemã de 1883 do *Manifesto Comunista*, Engels sintetizou a teoria geral orientadora da análise na obra, que, na verdade, constitui a concepção materialista da história. Como era característico de Engels (já discutimos isso antes), atribuiu “única e exclusivamente” a Marx a sua autoria. Hoje sabemos da axial participação de Engels na formulação dessas ideias, sendo pioneiro em muitas delas. Vejamos a tese central do *Manifesto Comunista*:

em cada época histórica, a produção econômica e a estrutura social que dela necessariamente decorre, constituem a base da história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum da terra) toda a História tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes nos vários estágios da evolução social; que essa luta, porém, atingiu um ponto em que a classe oprimida e explorada (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime (a burguesia) sem que, ao mesmo tempo, liberte para sempre toda sociedade da exploração, da opressão e da luta de classes – este pensamento pertence única e exclusivamente a Marx.³⁰

O *Manifesto Comunista* de 1848 que, para Engels, era “a obra de maior circulação, a mais internacional de toda a literatura socialista, o programa comum adotado por milhões de trabalhadores, da Sibéria à Califórnia”³¹ é,

²⁹MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, pp. 71-72.

³⁰Idem, p. 74. Leon Trotsky se posiciona sobre a concepção materialista da história presente na obra de Marx e Engels da seguinte forma: “A concepção materialista da História, formulada por Marx pouco tempo antes da aparição do texto e que nele se encontra aplicada com perfeita maestria, resistiu completamente à prova do conhecimento e aos golpes da crítica hostil. Constitui-se, atualmente, em um dos mais preciosos instrumentos do pensamento humano. Todas as outras interpretações do processo histórico não possuem qualquer valor científico. Podemos afirmar, com segurança, que atualmente é impossível não apenas ser um militante revolucionário, mas simplesmente um homem politicamente instruído sem que nos apropriemos da concepção materialista da História”. Cf. TROTSKY, Leon. *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, p. 159.

³¹MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 77.

ainda hoje, uma fonte de inspiração para os revolucionários de todos os países e continentes, que lutam pela superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista. Tem um espírito eminentemente internacionalista, de união dos trabalhadores de todo o mundo na tarefa de sepultar a sociedade de classes e, com ela, as próprias classes, a propriedade privada, a exploração da força de trabalho, a alienação e o Estado. Marx e Engels finalizam a sua análise com um lema que se tornou parte da luta socialista em todo o mundo: “*Proletários de todos os países, uni-vos!*”.³²

Fica claro que o objetivo de Marx e Engels, com o *Manifesto Comunista* de 1848, era dotar o movimento socialista de uma base científica, de um firme conhecimento sobre a história e a sociedade capitalista, das suas contradições e das possibilidades concretas de sua superação. Para isso, Marx e Engels vinham avançando a passos largos os seus estudos sobre a Economia Política burguesa, em vínculo estreito com a experiência concreta do movimento operário e socialista do proletariado. De cada acontecimento histórico os fundadores do marxismo tiravam as conclusões necessárias para o futuro da luta da classe operária.

³²Sobre o internacionalismo presente no *Manifesto Comunista*, Trotsky observa: “O desenvolvimento internacional do capitalismo determina o caráter internacional da revolução proletária. Uma das primeiras condições para a emancipação da classe operária consiste em sua ação comum, pelo menos nos países civilizados. O desenvolvimento do capitalismo uniu de forma tão estreita as diversas partes do nosso planeta, as “civilizadas” e “não-civilizadas”, que o problema da revolução socialista adquiriu, completa e definitivamente, um caráter mundial”. Afirmou também: “Os operários não têm pátria. Esta frase do *Manifesto* foi frequentemente considerada pelos filisteus como um simples trocadilho de agitação. Na verdade, ele oferece ao proletariado a única diretriz justa a respeito da “pátria” capitalista”. Cf. TROTSKY, Leon. Noventa anos do *Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, pp. 162-163.

2.3. Estudos econômicos anteriores a *O Capital*

2.3.1. *Trabalho assalariado e capital*

Em 1849, Marx publicou na *Nova Gazeta Renana (Neue Rheinische Zeitung)* uma síntese de uma série de conferências sobre a economia capitalista proferida para os trabalhadores da Associação dos Operários Alemães de Bruxelas sob o título *Trabalho assalariado e capital*. O objetivo do texto é claro: “Queremos que os operários nos compreendam”. Esse texto é parte do trabalho de Marx e de Engels no seio do movimento operário para superar os estágios utópicos do socialismo e dar-lhe um embasamento científico com base na análise das relações de produção capitalistas e das classes sociais existentes.

A leitura atenta do texto demonstra, da parte de Marx, certo conhecimento das categorias e do funcionamento da estrutura econômica capitalista. Constitui uma análise da lógica da exploração do trabalho pelo capital, da base econômica em que se funda a dominação capitalista sobre o trabalho assalariado e da luta de classes moderna, que Marx desenvolverá em *O Capital* (1867), inclusive em relação ao uso das categorias. É preciso deixar claro, entretanto, que, em *Trabalho assalariado e capital*, Marx ainda não havia desenvolvido plenamente sua *teoria da mais-valia*, como o fez posteriormente, e ainda utilizava, por exemplo, a categoria *trabalho por força de trabalho*.

A primeira categoria analisada é a do salário, a sua determinação na atual sociedade. Na vida cotidiana da sociedade burguesa, parece que, ao contratar os seus trabalhadores assalariados, digamos por uma jornada de oito horas diárias, os capitalistas lhes pagam todo o trabalho realizado. Aparentemente, não existe qualquer injustiça na relação entre capital e trabalho, afinal de contas o burguês emprega o trabalhador e paga-lhe, em troca do seu trabalho, uma contraprestação: o salário. Mas não é exatamente assim que as coisas ocorrem nas relações concretas de trabalho na sociedade burguesa.

Ao analisarmos a fundo o funcionamento das relações de trabalho e de produção, veremos que, na verdade, “o que os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a sua força de trabalho. O capitalista compra essa força de trabalho por dia, uma semana, um mês etc. E, depois de comprá-la, utiliza-a

fazendo com que os operários trabalhem durante o tempo estipulado”.³³ No nosso caso, trata-se da jornada de trabalho de oito horas diárias.

De fato, os trabalhadores são levados a pensar que recebem por todo o trabalho desenvolvido e os próprios capitalistas e governos se esforçam por apresentar as suas relações econômico-sociais como as mais justas da história. Porém, não há dúvida de que, na sociedade capitalista, a força de trabalho transformou-se em mercadoria, igual a qualquer outra, que se compra e se vende no mercado de trabalho. Com o adendo de que a força de trabalho é a única mercadoria capaz de produzir não só o seu sustento, os seus meios de vida (trabalho necessário), mas também mais valor, isto é, trabalho excedente, que é apropriado, sem qualquer contrapartida, pelos capitalistas.

É o que explica Engels em sua *Introdução a Trabalho assalariado e capital*:

A força de trabalho é, na sociedade capitalista dos nossos dias, uma mercadoria como qualquer outra, mas, certamente, uma mercadoria muito especial. Com efeito, ela tem a propriedade especial de ser uma força criadora de valor, uma fonte de valor e, principalmente com um tratamento adequado, uma fonte de mais valor do que ela própria possui. No estado atual da produção, a força de trabalho humana não produz só, em um dia, um valor maior do que ela própria possui e custa; a cada nova descoberta científica, a cada nova invenção técnica, esse excedente do seu produto diário sobe acima dos seus custos diários; reduz-se, portanto, aquela parte do dia de trabalho em que o operário retira do seu trabalho o equivalente ao seu salário diário e alonga-se, portanto, por outro lado, aquela parte do dia de trabalho em que ele tem de oferecer o seu trabalho ao capitalista sem ser pago por isso.³⁴

Por mais que a legislação e as Constituições em todos os países estabeleçam as condições de aquisição dessa mercadoria valiosa e alimente a ilusão de que existe uma igualdade real entre capital e trabalho, o fato é que a força de trabalho é cotidianamente comprada, vendida, explorada e dispensada. Os assalariados modernos têm formalmente a aparência de liberdade, quando se trata de escolher para quem quer trabalhar, mas, se não trabalham, morrem de fome, passam as mais terríveis necessidades.

Os trabalhadores são, portanto, obrigados a trabalhar para satisfazer as necessidades básicas de si e da sua família. A liberdade de trabalho no capitalismo esconde o fato de que a burguesia domina os meios de produção e

³³MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Global, 1987, p.34.

³⁴ENGELS, Friedrich. *Introdução*. In: MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 27.

os operários não têm outra forma de ganhar a vida a não ser com a venda da sua força de trabalho. Assim, o capitalista troca seu dinheiro pela utilização da força de trabalho durante uma determinada jornada, por tantas horas de trabalho.

O primeiro segredo da sociedade burguesa está desvendado. Agora que sabemos que o capitalista na verdade compra a força de trabalho e não todo o trabalho realizado pelo trabalhador, é preciso analisar o que a mercadoria força de trabalho tem de comum com as mercadorias em geral. Toda mercadoria tem um valor de uso e um valor de troca. O valor de uso é a capacidade de atender a determinadas necessidades ou utilidades. Toda mercadoria tem um determinado valor de troca, isto é, pode ser trocada em determinadas proporções por outras mercadorias ou por dinheiro.

Como isso é possível? É possível porque a mercadoria é produto do trabalho humano (embora, realçamos, nem todo produto do trabalho humano seja mercadoria), o seu valor consiste em uma determinada quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Significa dizer que nem todos os produtos do trabalho são mercadorias. Alguns são produzidos para o consumo imediato do produtor ou de sua família e, neste caso, não se trata de mercadoria, mas simplesmente valor de uso. A mercadoria, diferentemente dos produtos do trabalho para o consumo imediato do produtor, é produzida para ser trocada, intercambiada por outros produtos ou por dinheiro. A expressão em dinheiro do valor de troca da mercadoria chama-se preço. Como diz Marx, o “valor de troca de uma mercadoria, avaliado em dinheiro, é o que se chama precisamente o seu preço”.³⁵

Como toda mercadoria, a força de trabalho também tem um valor de uso e um valor de troca. O valor de uso da mercadoria força de trabalho diz respeito à sua capacidade de produzir, de transformar a natureza, de extrair dela bens, enfim, de poder ser utilizada no processo da produção social. O valor de troca da mercadoria força de trabalho é a quantidade de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução da força de trabalho, ou seja, a quantidade de produtos necessários à produção e reprodução da força de trabalho e de sua família.

³⁵MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Gobar, 1987, p. 35.

Afinal, os trabalhadores e suas famílias precisam comer, beber, morar, vestir-se, entre outras coisas. E todos esses produtos e serviços são frutos também de trabalho humano, portanto, corporificam uma determinada quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção. O salário é o preço da mercadoria força de trabalho: “salário é apenas o nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar preço do trabalho; é apenas o nome dado ao preço dessa mercadoria particular que só existe na carne e no sangue do homem”.³⁶

Dessa forma, o trabalhador, ao receber pelo uso de sua força de trabalho o seu preço, o salário, recebe na verdade uma determinada quantia que pode ser trocada por uma determinada quantidade de produtos (bens e serviços) necessários à sua reprodução e da sua família. Se essa quantia (o salário, o preço da força de trabalho) é suficiente ou não para garantir uma vida digna para os trabalhadores nos mais variados países é precisamente o que tentaremos mais a frente analisar a partir das indicações de Marx sobre a diferença entre salário nominal e salário real. Mas continuemos.

Sendo uma mercadoria, que o seu proprietário (o trabalhador) vende ao capitalista, dono do dinheiro e dos meios de produção, a força de trabalho produz bens (conjunto de mercadorias) que não são apropriados pelos que produzem a riqueza. Os produtos produzidos pelos trabalhadores, que representam tempo de trabalho incorporado, não lhes pertencem, mas ao capitalista. O trabalho, na sociedade burguesa, é trabalho explorado, como em todas as sociedades de classes existentes até hoje na história da humanidade, desde a Antiguidade escravocrata (trabalho escravo), passando pelo feudalismo (trabalho servil). No capitalismo, o trabalho humano é explorado na forma de mercadoria, de trabalho assalariado.

Na sociedade burguesa moderna, diz Marx, o trabalho é

essa força vital que ele (o trabalhador) vende a um terceiro para se assegurar dos meios de vida necessários. A sua atividade vital é para ele, portanto, apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele nem sequer considera o trabalho como parte da sua vida, é antes um sacrifício da sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro. Por isso, o produto da sua atividade tampouco é o objetivo da sua atividade. O que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro e o

³⁶Idem, ibidem.

palácio reduzem-se, para ele, a uma determinada quantidade de meios de subsistência, talvez a uma roupa de algodão, a umas moedas, a um quarto em um porão. E o operário – que, durante 12 horas tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e a transporta etc. – valerão para ele essas 12 horas de tecelagem, de fiação, de trabalho com o arco de pua, ou com o torno, de pedreiro, ou escavador, como manifestação da sua vida, como sua vida? Ao contrário. A vida para ele começa quando termina essa atividade, à mesa, no bar, na cama.³⁷

Os economistas e representantes políticos da burguesia tentam de todas as formas passar a imagem de que os homens sempre viveram da concorrência, da competição, do individualismo e do egoísmo. Defendem a falsa ideia de que os indivíduos sempre viveram em sociedades classistas e que não adianta lutar para suplantá-las esse tipo de sociedade, porque as coisas naturalmente convergem para a via da sociedade classista.

Mas, a pergunta que devemos fazer é: a força de trabalho sempre foi mercadoria? Marx responde que não. Para ele, o

trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende os seus esforços ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, de uma vez para sempre, ao seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. Ele próprio é uma mercadoria, mas a força de trabalho não é uma mercadoria sua. O servo só vende uma parte de sua força de trabalho. Não é ele quem recebe um salário do proprietário da terra: ao contrário, é o proprietário da terra quem recebe dele um tributo.³⁸

E completa:

O servo pertence à terra e rende frutos ao dono da terra. O operário livre, ao contrário, vende-se a si mesmo e, além disso, por partes. Vende em leilão 8, 10, 12, 15 horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, ao proprietário das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de subsistência, isto é, ao capitalista. O operário não pertence nem a um proprietário nem à terra, mas 8, 10, 12, 15 horas da sua vida diária pertencem a quem as compra. O operário, quando quer, deixa o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despede-o quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que esperava. Mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da sua força de trabalho, não pode deixar toda a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas, e compete a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador nessa classe de capitalistas.³⁹

³⁷Idem, pp. 36-37.

³⁸Idem, pp. 37-38.

³⁹Idem, ibidem.

Após essa diferenciação da condição do trabalhador assalariado moderno em relação aos trabalhadores das formações pré-capitalistas, Marx enfrenta a questão fundamental sobre o que determina o preço de uma mercadoria, em particular da mercadoria força de trabalho (o salário). Para Marx, em *Trabalho assalariado e capital*, o preço de uma mercadoria qualquer é influenciado pela “concorrência entre compradores e vendedores, a relação entre a procura e aquilo que se fornece, a oferta e a procura. A concorrência, que determina o preço de uma mercadoria”. Os vendedores disputam entre si os mercados, uns vendem mais barato que outros. Os compradores disputam a compra dos produtos entre si. Há também uma disputa entre compradores e vendedores, cujo desenlace depende da relação existente entre as partes. A alta e a baixa dos preços das mercadorias influenciam os movimentos dos capitais para os setores mais lucrativos.

Os preços das mercadorias flutuam, conforme a oferta e a procura, para cima ou para baixo do custo de sua produção. Portanto, “as oscilações da oferta e da procura reconduzem sempre o preço de uma mercadoria aos seus custos de produção. É fato que o preço real de uma mercadoria está sempre acima ou abaixo dos custos de produção; mas a alta e a baixa dos preços se compensam mutuamente, de forma que, em um determinado período de tempo, calculados conjuntamente o fluxo e o refluxo da indústria, as mercadorias são trocadas umas pelas outras de acordo com os seus custos de produção. O preço delas é, portanto, determinado pelos seus custos de produção”. Marx esclarece, entretanto, que isto “não é válido, naturalmente, para um único produto da indústria, mas apenas para o ramo inteiro da indústria. Isso também não é válido, portanto, para o industrial individual, mas apenas para a classe inteira dos industriais”.⁴⁰

Em última instância, a

determinação do preço pelos custos de produção é igual à determinação do preço pelo tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, pois os custos de produção se compõem de: 1. Matérias-primas e desgaste de instrumentos, isto é, de produtos industriais cuja produção custou uma certa quantidade de dias de trabalho, que representam, portanto, uma certa quantidade de tempo de trabalho; 2. trabalho direto, cuja medida é precisamente o tempo.⁴¹

⁴⁰Idem, pp. 42-43.

⁴¹Idem, p. 44.

É preciso acrescentar uma passagem da *Introdução* de 1891, escrita por Engels, a *Trabalho assalariado e capital*:

O que os economistas burgueses haviam considerado como custos de produção “do trabalho”, eram os custos de produção, não do trabalho, mas do próprio operário vivo. E o que o operário vendia ao capitalista não era o seu trabalho. “No momento em que começa realmente o seu trabalho – disse Marx – este deixa logo de lhe pertencer e o operário não poderá, portanto vendê-lo”. Poderia, quando muito, vender o seu trabalho futuro, isto é, comprometer-se a executar um dado trabalho em um tempo determinado. Mas, então, o operário não vende trabalho (que ainda teria de ter lugar); põe, sim, à disposição do capitalista a sua força de trabalho, a troco de um salário determinado, por um determinado tempo (se trabalha por tempo) ou para determinada tarefa (se trabalha por peça): ele aluga ou vende a sua força de trabalho. Mas essa força de trabalho incorpora-se indissoluvelmente ligada a sua pessoa e é inseparável dela. Por conseguinte, os seus custos de produção coincidem com os custos de produção (do operário); o que os economistas chamavam custos de produção do trabalho são precisamente os custos de produção do operário e, por isso, os da força de trabalho. E, assim, já podemos relacionar os custos de produção da força de trabalho ao valor da força de trabalho, e determinar a quantidade de trabalho socialmente necessário que é requerido para a produção de uma força de trabalho de determinada qualidade – como o fez Marx no capítulo da compra e venda da força de trabalho.⁴²

Mas, continuemos analisando o texto, na linguagem do seu autor. As mesmas leis que determinam o preço das mercadorias em geral se aplicam à mercadoria força de trabalho. Tal como qualquer mercadoria, o preço da força de trabalho depende da relação entre compradores (capitalistas) e vendedores (trabalhadores), das altas e das baixas do mercado de trabalho, mas tendem em média aos custos de produção da força de trabalho. Tal como as mercadorias em geral, o custo de produção da mercadoria força de trabalho corresponde ao custo dos meios de existência necessários para manter o trabalhador vivo e para reproduzi-lo como força de trabalho. É o seu salário.

Explica Marx: os

custos de produção da força de trabalho simples se compõem, portanto, dos custos de existência e de reprodução do operário. O preço desses custos de existência e de reprodução constitui o salário. O salário assim determinado chama-se o mínimo de salário. Esse mínimo de salário, tal como a determinação do preço das mercadorias pelos custos de produção em geral, é válido para a espécie e não para o indivíduo isolado. Há milhões de operários que não recebem o suficiente para existir e se reproduzir; mas o salário de toda a classe operária nivela-se, dentro de suas oscilações, a esse mínimo.⁴³

⁴²ENGELS, Friedrich. *Introdução*. In: MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 24-25.

⁴³Idem, p. 45.

Depois de analisar essas categorias, Marx parte para a caracterização do capital. Os economistas burgueses⁴⁴, antes de Marx e Engels, procuravam apresentar o capital como um conjunto de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência empregados para produzir novas matérias-primas, novos instrumentos de trabalho e novos meios de subsistência.

Como tudo isso é produto do trabalho, logo o capital para eles era apenas trabalho acumulado que serve para uma nova produção. Colocadas as coisas dessa forma, podiam esses economistas encontrar capital em todos os modos de produção e assim eternizá-lo, naturalizá-lo como algo permanente, perene, dado de uma vez para sempre, insuperável. Em que erram esses economistas? Em desconsiderar as condições reais, históricas e sociais em que os produtos do trabalho humano se tornam efetivamente capital.

Marx responde: “Um negro é um negro. Só em determinadas condições é que se torna escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas condições ela se torna capital. Fora dessas condições, ela é tampouco capital como o ouro, por si próprio, é dinheiro, ou como o açúcar é o preço do açúcar”. Assim, para produzirem,

os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Eles somente produzem colaborando entre si de um modo determinado e trocando entre si as suas atividades. Para produzirem, contraem determinadas ligações e relações mútuas, e é somente no interior desses vínculos e relações sociais que se efetua a sua ação sobre a natureza, isto é, que se realiza a produção.⁴⁵

As relações sociais entre os produtores e as condições de produção e de troca variam com as transformações nos meios de produção. Conforme Marx,

as relações sociais de produção alteram-se, portanto, transformam-se com a alteração e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, as forças

⁴⁴Falamos é claro da Economia Política clássica (em particular Smith e Ricardo), como Marx a considerava, uma vez que a Teoria Econômica vulgar, desde a Teoria Marginalista, abandonou a teoria do valor-trabalho, de modo que, ao contrário dos clássicos, sequer consideram seriamente o trabalho como produtor da riqueza na sociedade capitalista e tentam de todas as formas velar o fato de que o trabalho está na base do valor das mercadorias e que os capitalistas exploram os trabalhadores, extraíndo da força de trabalho a mais-valia, isto é, a fonte do lucro. Para Marx, “a economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permaneça latente ou se revele em manifestações esporádicas”. Cf. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002, p. 23.

⁴⁵Idem, p. 46.

produtivas. As relações de produção, na sua totalidade, formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, e, na verdade, uma sociedade em um estágio determinado de desenvolvimento histórico, uma sociedade com caráter próprio, diferenciado. A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa são conjuntos de relações de produção desse tipo, e cada uma delas caracteriza, ao mesmo tempo, um estágio particular de desenvolvimento na história da humanidade.⁴⁶

O capital é, conforme Marx, uma relação social de produção. Nada tem de natural, de dádiva da natureza ou da providência divina, nem é algo insuperável. Mas o “capital não consiste apenas de meios de subsistência, instrumentos de trabalho e matérias-primas, não consiste apenas de produtos materiais; compõe-se igualmente de valores de troca. Todos os produtos de que se compõe são mercadorias. O capital não é, portanto, apenas uma soma de produtos materiais, é também uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais”. E continua: “embora todo capital seja uma soma de mercadorias, isto é, de valores de troca, nem toda soma de mercadorias, de valores de troca, será, por isso, capital”.⁴⁷

O que faz então uma soma de valores de troca, de mercadorias, converter-se em capital? Marx esclarece:

Conservando-se e multiplicando-se como força social independente, isto é, como força de uma parte da sociedade, por meio da sua troca pela força de trabalho viva, imediata. A existência de uma classe que possui apenas sua capacidade de trabalho é uma condição preliminar necessária ao capital. Somente quando o trabalho materializado, passado, acumulado, domina sobre o trabalho vivo, imediato, é que o trabalho acumulado se transforma em capital (...). Consiste no fato de o trabalho vivo servir ao trabalho acumulado como meio para manter e aumentar o seu valor de troca.⁴⁸

Nesse sentido, o “capital pressupõe, portanto, o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Um é a condição do outro; eles se criam mutuamente”.⁴⁹ Isso significa uma identidade de interesses? De nenhuma forma. Nessa condição de mútua dependência, ou seja, como dois aspectos da mesma relação social, se autocondicionam historicamente. No mais, capital e trabalho, capitalistas e trabalhadores assalariados disputam, permanentemente, aberta ou veladamente, a apropriação do excedente

⁴⁶Idem, p. 47.

⁴⁷Idem, pp. 47-48.

⁴⁸Idem, pp.48-49.

⁴⁹Idem, p. 50.

produzido. Como nas sociedades de classes anteriores, a sociedade capitalista é marcada pela luta de classes, já dizia o *Manifesto Comunista* de 1848.

O capitalista deseja se apropriar do máximo de excedente possível, seja aumentando a jornada de trabalho, seja introduzindo técnicas modernas e reorganizando o trabalho na fábrica para aumentar a produtividade, isto é, a capacidade de produção de mais mercadorias na mesma jornada de trabalho. O trabalhador, por outro lado, organiza-se em associações e sindicatos e luta por condições mais suportáveis de vida, de trabalho e de salário. Tenta limitar a sanha de lucro do capitalista e conquistar direitos sociais e trabalhistas.

Dito isto, é preciso realçar que Marx estabelece uma distinção entre salário nominal e salário real: “O preço em dinheiro do trabalho, o salário nominal, não coincide, portanto, com o salário real, isto é, com a soma de mercadorias que é realmente dada em troca do salário. Ao falarmos, portanto, do aumento ou da queda do salário, não temos de considerar apenas o preço em dinheiro do trabalho, o salário nominal”. Significa que os trabalhadores recebem uma determinada soma em dinheiro do capitalista como salário (valor nominal), que corresponde a uma determinada quantidade concreta de bens e serviços (valor real, poder aquisitivo real).

Marx cita exemplos em que o valor nominal do salário não coincidia com o valor real. No século XVI, quando uma grande quantidade de ouro e prata transbordou a Europa, vinda das colônias, desvalorizou a moeda sensivelmente em relação às demais mercadorias. O valor nominal (salário nominal) da remuneração dos trabalhadores continuou o mesmo, mas o seu poder aquisitivo (salário real) diminuiu. A inflação corrói o valor real dos salários. Com o mesmo valor se podia adquirir menos produtos.

Em 1847, com a má colheita, os meios de subsistência aumentaram de preço. O salário dos trabalhadores permaneceu o mesmo, mas não se poderia comprar a mesma quantidade de produtos como antes. Mas, suponhamos, em consequência da aplicação de novas máquinas ou de uma boa colheita (mais mercadorias disponíveis), é evidente que os preços tendem a baixar, com o salário mesmo permanecendo inalterado, os operários poderiam adquirir mais produtos que antes.

Marx alerta ainda para o chamado salário comparativo ou relativo. O salário relativo “exprime a cota-parte do trabalho direto no novo valor por ele

criado, em relação à cota-parte dele que cabe ao trabalho acumulado, ao capital”. A parte que capital e trabalho se apropriam da riqueza produzida é completamente diferente. Para o capitalista, a soma de mercadorias obtida pela exploração do trabalho deve ser suficiente para, com sua venda, garantir “a reposição do preço das matérias-primas por ele adiantadas; assim como a reposição do que se desgastou nas ferramentas, máquinas e outros meios de trabalho, igualmente adiantados por ele; segunda, a reposição do salário adiantado por ele; terceira, o excedente que resta, o lucro do capitalista”. Essa repartição entre operário e capitalista é desigual.

Significa que o “salário real pode permanecer o mesmo, pode até subir, e, não obstante, o salário relativo pode cair”. Pode-se ter uma situação (é isso que de fato acaba ocorrendo) em que a cota-parte do capital pode subir em relação à cota-parte do trabalho: “A repartição da riqueza social entre capital e trabalho tornou-se ainda mais desigual. O capitalista domina com o mesmo capital uma quantidade maior de trabalho. O poder da classe dos capitalistas sobre a classe operária cresceu, a posição social do operário piorou, caiu mais um degrau em relação à do capitalista”⁵⁰. Portanto, salário e lucro estão na razão inversa um do outro: a “cota-parte do capital, o lucro, sobe na mesma proporção em que a cota-parte do trabalho, o salário, cai, e, inversamente, o lucro sobe na medida em que o salário cai, e cai na medida em que o salário sobe”.⁵¹

Marx realça que “se, a receita do operário aumenta com o rápido crescimento do capital, a verdade é que, ao mesmo tempo, aumenta o abismo social que afasta o operário do capitalista, aumenta ao mesmo tempo o poder do capital sobre o trabalho, a dependência do trabalho relativamente ao capital”. Neste sentido, afirmar

que o operário tem interesse no rápido crescimento do capital significa apenas afirmar que quanto mais depressa o operário aumentar a riqueza alheia, tanto mais gordas serão as migalhas que sobrarão para ele; quanto mais operários possam ser empregados e se reproduzir, tanto mais se multiplica a massa dos escravos dependente do capital.⁵²

⁵⁰Idem, p. 55.

⁵¹Idem, p. 56.

⁵²Idem, p. 58.

Na sociedade capitalista, a concorrência entre os capitais estimula a introdução de novas técnicas e métodos de organização do trabalho na fábrica, tendo em vista o aumento da produtividade, a produção de mais mercadorias e a acumulação de trabalho excedente. É assim que os capitalistas podem vencer uns aos outros e conquistar mercados. Devem, pois, vender as suas mercadorias a um preço menor que as mercadorias de outros. Na visão de Marx, um

capitalista só pode pôr outro capitalista em debandada e conquistar-lhe o capital vendendo mais barato. Para poder vender mais barato sem se arruinar tem de produzir mais barato, isto é, aumentar tanto quanto possível a força de produção do trabalho (produtividade). Mas a força de produção do trabalho é sobretudo aumentada por meio de uma maior divisão do trabalho, por meio de uma introdução generalizada de maquinaria e de um aperfeiçoamento constante da mesma.⁵³

Ao agir dessa forma, o capitalista, em condições técnicas e de organização do trabalho mais vantajosas, pode embolsar uma parte maior de lucros que os seus concorrentes, conquistar-lhes uma parte dos mercados. Entretanto, “o privilégio do nosso capitalista não é de longa duração; outros capitalistas concorrentes introduzem as mesmas máquinas, a mesma divisão de trabalho, introduzem-nas à mesma escala ou a uma escala superior, e essa introdução se torna tão generalizada até que o preço do pano cai não somente abaixo dos seus antigos custos de produção, mas também abaixo dos novos custos”. Recomeça a concorrência em novo patamar com mais maquinaria, mais divisão do trabalho, maior escala: “Vemos como o modo de produção, os meios de produção são assim continuamente transformados, revolucionados”.⁵⁴

Continua Marx: imaginemos “agora essa agitação febril ao mesmo tempo em todo o mercado mundial e compreende-se como o crescimento, a acumulação e concentração do capital têm por consequência uma divisão do trabalho, uma aplicação de nova e o aperfeiçoamento de velha maquinaria ininterruptos, que se precipitam uns sobre os outros e executados em uma escala cada vez mais gigantesca”. Do ponto de vista do trabalhador, a

maior divisão do trabalho capacita um operário a fazer o trabalho de 5, 10, 20: ela aumenta, portanto, 5, 10, 20 vezes a concorrência entre os operários. Os operários não fazem concorrência uns aos outros apenas quando um se vende

⁵³Idem, p. 59.

⁵⁴Idem, p. 61.

mais barato do que o outro; fazem concorrência uns aos outros quando um executa o trabalho de 5, 10, 20; é a divisão do trabalho introduzida e constantemente aumentada pelo capital que obriga os operários a fazer essa espécie de concorrência.⁵⁵

Outra consequência do aumento da divisão do trabalho é a simplificação do próprio trabalho, um processo social que ocorre constantemente nas relações de produção capitalistas:

A habilidade especial do operário torna-se sem valor. Ele é transformado em uma força produtiva simples, monótona, que não tem de pôr em jogo energias físicas nem intelectuais. O seu trabalho torna-se trabalho acessível a todos. Por isso, de todos os lados, seus concorrentes fazem pressão e, além disso, devemos nos lembrar que, quanto mais simples, mais fácil de aprender é o trabalho, quanto menos custos de produção são necessários para se apropriar do mesmo, tanto mais baixo será o salário, pois, tal como o preço de todas as outras mercadorias, ele é determinado pelos custos de produção.⁵⁶

A maquinaria, do seu lado,

produz os mesmos efeitos em uma escala muito maior, ao impor a substituição de operários especializados por operários não especializados, de homens por mulheres, de adultos por crianças, pois a maquinaria, onde é introduzida pela primeira vez, lança os operários manuais em massa na rua; e onde é desenvolvida, aperfeiçoada, substituída por máquina de maior rendimento, despede operários em grupos menores. Retratamos atrás, rapidamente, a guerra industrial dos capitalistas entre si; essa guerra tem a particularidade de as batalhas serem ganhas menos pela contratação e mais pela dispensa do exército operário. Os generais, os capitalistas disputam entre si quem pode dispensar mais soldados da indústria.⁵⁷

Como os economistas explicam a situação dos operários tornados supérfluos pela maquinaria? Encontrarão novos ramos de ocupação? Marx observa que os economistas

não se atrevem a afirmar diretamente que aqueles mesmos operários que foram despedidos arranjam emprego em novos setores do trabalho. Os fatos contra essa mentira são demasiado gritantes. Eles, de fato, somente afirmam que, para outras partes constitutivas da classe operária, por exemplo, para a parte da jovem geração operária que já estava pronta para entrar no ramo da indústria desativado, novos meios de ocupação se apresentarão. Esse é, naturalmente, um grande consolo para os operários desempregados. Não faltarão aos senhores capitalistas carne e sangue fresco para serem explorados e aos mortos será determinado que enterrem seus mortos. Isso é mais um consolo que os burgueses oferecem a si mesmos do que aos operários. Se a classe inteira dos

⁵⁵Idem, pp. 63-64.

⁵⁶Idem, ibidem.

⁵⁷Idem, p. 65.

operários assalariados fosse aniquilada pela maquinaria, que horror para o capital, o qual sem trabalho assalariado deixa de ser capital!⁵⁸

Os capitalistas, portanto, enfrentam uma contradição fundamental.

Quanto mais mobilizam

meios de produção gigantescos já existentes e a pôr em movimento, para tal fim, todas as possibilidades do crédito, nessa mesma medida, aumentam os terremotos industriais, nos quais o mundo do comércio só se mantém sacrificando uma parte da riqueza, uma parte dos produtos e mesmo uma parte das forças de produção aos deuses das profundezas – aumentam, em uma palavra, as crises. Elas se tornam mais frequentes e mais violentas pelo próprio fato de, na medida em que cresce a massa de produtos, portanto, a necessidade de mercados mais extensos, o mercado mundial se contrair cada vez mais, restarem para exploração cada vez menos mercados, novos, porque todas as crises anteriores sujeitaram ao comércio mundial mercados até então não explorados, ou apenas superficialmente explorados pelo comércio. O capital, porém, não vive só do trabalho. Senhor ao mesmo tempo elegante e bárbaro, arrasta consigo para a cova os cadáveres dos seus escravos, em uma verdadeira hecatombe de operários que naufragam nas crises.⁵⁹

Marx finaliza a sua análise mostrando que as contradições do capitalismo levam a uma situação em que a sociedade burguesa só consegue se reproduzir criando periodicamente crises cada vez mais profundas, cujas consequências são as falências, o desemprego, a fome, a miséria e o aumento da exploração da força de trabalho. O que Marx queria dizer aos operários é que o capitalismo criava as bases objetivas da sua própria superação, mas que essa superação depende de condições subjetivas, quais sejam, a organização dos trabalhadores e o desenvolvimento de sua consciência de classe. Um ano antes de publicar *Trabalho assalariado e capital*, Marx havia defendido no *Manifesto Comunista* a necessidade de constituição do proletariado como partido político independente da burguesia. Essas análises se completam.

2.3.2. Para a crítica da economia política

Com o retorno aos estudos econômicos, Marx escreveu entre 1857 e 1858 volumosos manuscritos preparatórios às suas obras de economia, conhecidos posteriormente por *Grundrisse (fundamentos para a crítica da economia política)*, publicados pelo Instituto Marx-Engels de Moscou, em 1939-1941. Esses manuscritos, realçamos, não foram publicados em vida por Marx.

⁵⁸Idem, p. 65.

⁵⁹Idem, p. 68.

Eram apontamentos sobre os seus estudos. Não obstante, os *Grundrisse* tiveram uma grande influência nos debates marxistas no século XX e continuam a despertar a atenção de muitos estudiosos. De qualquer forma, é um texto fabuloso, que deve ser estudado por todos os marxistas, porque ele nos dá um quadro de como Marx desenvolvia suas pesquisas. É uma fonte valiosa para a questão do método.⁶⁰

Mais interessante ainda é analisar o patamar de conhecimento da economia política alcançado por Marx nesse período. Marx trabalhou resolutamente para a publicação de sua primeira grande obra econômica, *Para a crítica da economia política*.⁶¹ Acumulou longos anos de estudo, desde a década de 1840, quando iniciou as primeiras leituras dos economistas clássicos. A obra tão esperada foi adiada por vários anos, até que finalmente veio a lume em 1859.

Em uma linguagem rebuscada e difícil, poucos compreenderam a complexa análise empreendida pelo gigante Marx.⁶² Os contornos fundamentais de sua teoria econômica estavam sedimentados, como o estudo da célula da sociedade capitalista, a mercadoria e o dinheiro. Trata-se de uma obra ímpar na história da economia, mas pouco lida pelos próprios marxistas. Marx começa a sua análise da mercadoria com uma frase que será praticamente reproduzida em *O Capital*: “À primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias, e a mercadoria isolada como seu modo de ser elementar”.⁶³

⁶⁰Uma parte dos *Grundrisse*, sobre as sociedades pré-capitalistas, foi publicada em português: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. O texto completo foi publicado recentemente em português: MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo, 2011.

⁶¹MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Junto com os estudos econômicos, Marx dá continuidade à elaboração de artigos sobre problemas da conjuntura da época para o *New York Daily Tribune* e *Das Volk*.

⁶²É precisamente no *Prefácio à Para a Crítica da Economia Política*, que Marx expôs uma síntese da sua trajetória até a concepção materialista da história que, conforme o próprio autor, tornou-se o fio condutor de toda a sua obra. Logo de início, Marx expressa os temas que pretende analisar em sua crítica da economia política: “Examino o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial. Sob os três primeiros títulos, estudo as condições econômicas de existência das três grandes classes nas quais se divide a sociedade burguesa moderna; a redação dos três outros capítulos é evidente. A primeira seção do primeiro livro, que trata do capital, compõe-se dos seguintes capítulos: 1. a mercadoria; 2. o dinheiro ou a circulação simples; 3. o capital em geral. Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente volume” (Idem, p. 43).

⁶³Idem, p. 31.

Destaca as duas qualidades da mercadoria, quais sejam a de ser valor de uso, atendendo a uma determinada necessidade ou utilidade, e a de ser valor de troca, de poder ser intercambiada por outras mercadorias ou por dinheiro. Como diz Marx: “as mercadorias cobrem-se umas às outras em quantidades determinadas, substituem-se entre si na troca, valem como equivalentes e, apesar de sua aparência variegada, apresentam a mesma unidade”. As mercadorias são, portanto, produtos do trabalho humano de indivíduos distintos, mas como valores de troca “apresentam trabalho igual, sem diferenças, isto é, trabalho em que a individualidade dos trabalhadores se extinguiu. Trabalho que põe valor de troca é, por isso, trabalho *abstratamente geral*”.⁶⁴

O valor das mercadorias é determinado não pelo trabalho individual, cujos tipos são muito diferentes entre si, mas pelo trabalho socialmente necessário para produzi-las, o trabalho humano geral, indiferenciado, abstrato, correspondente a um nível médio de desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade do trabalho. Significa dizer que “o trabalho que põe o valor de troca é um trabalho *abstratamente geral e igual*, o trabalho que põe valor de uso é trabalho concreto e particular, que se subdivide em infinitos modos de trabalhos diferentes, segundo a sua forma e sua matéria”⁶⁵

Na sua forma de trabalho concreto, útil, como “atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza”.⁶⁶ Nessa condição, toda sociedade humana tem como fundamento o trabalho. É a partir do trabalho humano, na relação com a natureza, que se extrai os bens necessários à existência da vida social.

Historicamente, o trabalho ganha determinações sociais, dependendo da forma de sociedade analisada. Na sociedade escravista antiga o trabalho tomou a forma de trabalho escravo, explorado. Na sociedade feudal, a forma de trabalho servil, também explorado. No capitalismo, o trabalho existe sob a forma de trabalho explorado assalariado. Por isso, o “trabalho que põe valor de troca é uma forma especificamente social do trabalho”.⁶⁷

⁶⁴Idem, p. 32.

⁶⁵Idem, p. 37.

⁶⁶Idem, p. 37.

⁶⁷Idem, *ibidem*.

Da análise da forma mercadoria, Marx passa à explicação do dinheiro em meio ao desenvolvimento do processo de troca. O dinheiro, como mercadoria universal, capaz de ser trocado por todas as outras mercadorias, cumpre as funções de equivalente geral, proporcionando a equiparação das mercadorias; meio de troca, facilitando a circulação das mercadorias; medida de valor, possibilitando um padrão de mensuração para as mercadorias; meio de acumulação ou entesouramento, sendo guardado para utilização futura; e meio de pagamento, na quitação de dívidas, inclusive no pagamento da força de trabalho, na forma de salário.

Na sua análise do dinheiro e do processo de circulação, Marx estabelece a diferenciação entre circulação mercantil simples e circulação mercantil capitalista. Na primeira, o dinheiro comparece como meio de circulação das mercadorias, produtos do trabalho. Na segunda, o dinheiro é ao mesmo tempo o início e o final do processo. O dinheiro, portanto, é o resultado

do processo de circulação na forma $M - D - M$ e constitui o ponto de partida do processo na forma $D - M - D$, isto é, a troca de dinheiro por mercadorias, para trocar mercadorias por dinheiro. Na primeira forma, é a mercadoria e na segunda, é o dinheiro que constitui o ponto de partida e o ponto final desse movimento. Na primeira forma, o dinheiro atua como mediador da troca de mercadorias, na segunda, é a mercadoria que serve ao dinheiro como mediador de seu próprio processo de vir-a-ser dinheiro. O dinheiro que aparece na primeira forma como simples meio, aparece na segunda como meta final da circulação, enquanto a mercadoria, que na primeira aparece como meta final, na segunda forma aparece como simples meio. Se o próprio dinheiro já é o resultado da circulação $M - D - M$, na forma de $D - M - D$, o resultado aparece ao mesmo tempo como seu ponto de partida. Enquanto é em $M - D - M$ que se dá o metabolismo das mercadorias, é o modo de ser formal da própria mercadoria resultante desse primeiro processo que constitui o conteúdo efetivo do segundo processo $D - M - D$.⁶⁸

Essa análise é a base da diferenciação entre a produção mercantil simples, que prevaleceu até o advento do capitalismo moderno e a produção mercantil capitalista, base da realidade burguesa atual. Na primeira, o objetivo fundamental da produção realizada por famílias camponesas e artesãos é a satisfação das necessidades do produtor e da sua família. As mercadorias podem ser trocadas por outros produtos ou por dinheiro, mas este último funciona simplesmente como meio de circulação das mercadorias. Na produção mercantil capitalista, o dinheiro comparece como o início do processo

⁶⁸Idem, p. 91.

e como sua meta final. O objetivo da produção não é a satisfação de necessidades sociais, mas a acumulação de riqueza, de capital. Não é o caso, aqui, de mostrar como se dá o processo de transformação do dinheiro em capital, que será analisado na parte referente a *O Capital*.

No mais, é preciso analisar a síntese do materialismo histórico realizada por Marx. No *Prefácio à Para a Crítica da Economia Política* (1859), ao relatar a trajetória dos seus estudos de economia política e da sociedade burguesa, Marx estabeleceu, à base dos conhecimentos obtidos em mais de uma década de estudos e de lutas operárias, posteriores aos manuscritos de *A Ideologia Alemã*, o núcleo da concepção materialista da história:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência (...) do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo diz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.⁶⁹

As sociedades construídas pelos homens concretos, ao longo da história da humanidade, são sistemas de relações sociais, econômicas, políticas e culturais muito complexas. Os homens entram em relações de produção, que independem de suas vontades individuais, porque a história é uma síntese dos atos dos indivíduos, mas que não se reduz aos atos individuais de cada um. Os homens constituem essas relações sociais de produção porque necessitam viver, comer, beber, vestir-se, ter uma moradia, entre outras necessidades, como base para poder fazer a própria história, para construir a sociedade.

É, evidentemente, a partir dessas condições materiais de produção da existência social dos indivíduos (nas sociedades divididas em classes sociais, os indivíduos estão inseridos nessas classes,) e da estrutura social, que os indivíduos e classes sociais produzem as suas ideias, concepções, visões de mundo, as ciências, as filosofias, as teologias, as religiões, enfim, o

⁶⁹Idem, p. 46.

conhecimento geral acumulado historicamente pela humanidade, as chamadas *formas de consciência social*, a partir das quais se pensa a realidade e as coisas do mundo e se procura explicar a própria relação do homem com a natureza e a história.

Marx e Engels, ao colocar os fundamentos gerais da sua concepção de mundo, de história e de sociedade, estão com os pés na filosofia materialista, mas em um materialismo profundamente dialético e histórico. Dialético, pois toda a construção do conhecimento pelo marxismo se dá a partir da análise das contradições da realidade social, do processo de transformação e de mudança presente na história dos homens. Materialista, por que as próprias ideias se fundam no desenvolvimento material da sociedade humana, nas condições materiais de existência (econômico-sociais).

Para Marx, o mecanismo de transformação dos modos de produção da vida social ocorre da seguinte forma:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.⁷⁰

A análise da história e das suas transformações leva Marx a dizer que uma

sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção

⁷⁰Idem, p. 45-46.

burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolveram no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação termina, pois, a pré-história da sociedade humana.⁷¹

No seio de toda sociedade humana os homens são obrigados, para poderem sobreviver à base da transformação da natureza, a desenvolver as forças produtivas (os meios de produção e a própria força de trabalho humana), a partir das quais, em relações sociais de produção adequadas produzem e reproduzem a existência material, histórica. A forma como os homens articulam historicamente as relações de produção e as forças produtivas caracteriza os diversos modos de produção ao longo da história da humanidade. Não à toa, ao estudarmos a história, deparamo-nos com diversas e complexas formas como os homens produzem cotidianamente a sua existência, em sua relação com a natureza, mediada pelo trabalho. Marx chega a citar alguns desses modos de produção: asiático, escravista antigo, feudal e capitalista moderno.

⁷¹Idem, ibidem. Aqui é preciso considerar que o capitalismo liberal-concorrencial do século XIX, portanto da época em que Marx nasceu e viveu, foi substituído pela fase imperialista do capitalismo, em que dominam os grandes conglomerados econômicos e financeiros - os monopólios e oligopólios -, além do capital financeiro, cujo impacto no funcionamento geral da economia capitalista só aprofundou as crises econômicas ao longo do século XX e dos primeiros anos do século XXI. O caráter progressivo do capitalismo de desenvolvimento das forças produtivas chegou ao seu limite histórico e, hoje, vivemos uma época de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Quanto mais se desenvolvem a técnica e a ciência e são aplicadas ao processo de produção, mais se aprofundam a crise estrutural do capitalismo e as tendências de barbárie social em todos os países e continentes, além da fome, miséria, desemprego, das formas precárias de trabalho, destruição da natureza, a exploração e a opressão. As condições objetivas para a revolução socialista mundial estão dadas pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial, embora, do ponto de vista subjetivo, da organização política e do avanço da consciência de classe do proletariado e demais explorados e oprimidos, tenha havido um profundo recuo com o processo de burocratização e degeneração dos Estados, onde a burguesia foi expropriada, particularmente a Rússia, em que o estalinismo levou ao processo de restauração das relações de produção capitalistas e à burocratização e degeneração do Partido Bolchevique (depois, Partido Comunista da União Soviética-PCUS) e da III Internacional. Por isso, Trotsky argumenta: "Lembremos acima que, segundo Marx, nenhuma ordem social deixa a cena da História antes de haver esgotado todas as suas possibilidades. Entretanto, uma ordem social, mesmo já tendo caducado, não cede seu lugar sem opor resistência a uma nova ordem. A sucessão dos regimes sociais supõe a mais áspera luta de classes, isto é, a revolução. Se o proletariado, por uma razão ou por outra, se mostra incapaz de derrubar a ordem burguesa que sobrevive, não resta ao capital financeiro, em luta para manter seu domínio abalado, senão transformar a pequena burguesia, por ele levada ao desespero e à desmoralização, em um exército de terror e do fascismo. A degenerescência burguesa da socialdemocracia e a degenerescência fascista da pequena burguesia estão entrelaçadas como causa e efeito". Cf. TROTSKY, Leon. *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 168. A caracterização científica e marxista da fase imperialista do capitalismo foi realizada por Lênin. Cf. LENIN, V. I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.

Durante certo período de cada modo de produção, as relações sociais de produção, que correspondem a determinadas formas de propriedade, fazem avançar as forças produtivas, incentivam seu desenvolvimento, favorecem as iniciativas e a evolução técnico-científica. Entretanto, a certa altura, essas mesmas relações de produção se tornam cada vez mais um estorvo, uma verdadeira barreira ao avanço das forças produtivas da humanidade e, nesse caso, devem ser substituídas por outras. Sem isso, a história não seria possível e a humanidade restaria estancada. Esses conflitos se expressam frequentemente nas consciências dos homens de cada época, que procuram resolver essas contradições nas sociedades classistas mediante a luta de classes.

Ao longo das sociedades de classes, esses antagonismos não puderam ser suplantados a não ser constituindo uma nova sociedade baseada na exploração do homem pelo homem. Excetuando o comunismo primitivo, em que os homens viveram durante milhares de anos, desde pelo menos a Antiguidade escravista os homens vivem divididos em classes sociais antagônicas. Na Antiguidade, entre a nobreza proprietária e escravos; no feudalismo, senhores feudais e servos; no capitalismo, burguesia e proletariado. Entre essas classes fundamentais de cada época se ergueram evidentemente outras classes sociais intermediárias.

Apenas com o desenvolvimento do capitalismo, marcado pela industrialização das fábricas modernas e pela concentração de milhares de trabalhadores, com o profundo avanço das forças produtivas, em uma escala jamais vista na história da humanidade, com a concentração e a centralização do capital, isto é, da riqueza nas mãos de um número cada vez menor de pessoas e empresas (grandes capitalistas) e com o conflito aberto entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção (entre a produção social e a apropriação individual), é possível se levar adiante a luta pela superação da sociedade de classes e pela construção do socialismo, como ponte ao comunismo, a sociedade sem classes, Estado e alienação, na qual os indivíduos possam, efetivamente, desenvolver a sua humanidade, suas capacidades, seus conhecimentos e seus sentimentos.

Com o fim do capitalismo, termina, na visão de Marx, a pré-história da humanidade e começa a história do desenvolvimento pleno dos indivíduos e da

sociabilidade humana, desta vez, sem as peias da exploração do homem pelo homem, enfim, da sociedade de classes.

2.3.3. Salário, Preço e Lucro.

Em 1865, Marx apresentou ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a Primeira Internacional, um relatório em que expôs os fundamentos da sua teoria da mais-valia, ou seja, a explicação de como se dá a exploração do trabalho assalariado pelo capital na sociedade burguesa, que constitui a base da formação do lucro dos capitalistas. Esse relatório só foi publicado em 1898 por Eleanor, filha de Marx, com o título *Valor, Preço e Lucro*. Outras edições foram publicadas com o título *Salário, Preço e Lucro*.

A primeira pergunta feita por Marx é: “o que é o valor de uma mercadoria? Como se determina esse valor?”. E responde em seguida: “quando falamos do valor, do valor de troca de uma mercadoria, temos em vista as quantidades proporcionais em que se troca por todas as demais mercadorias”. Continua Marx: “como se regulam as proporções em que umas mercadorias são trocadas por outras?”.⁷² Ou, mais exatamente, o que há de comum nas diversas modalidades de mercadorias, que permite que elas sejam intercambiadas em certas proporções? Marx responde:

Como os valores de troca das mercadorias não passam de funções sociais das mesmas, nada tendo a ver com suas propriedades naturais, devemos, antes de mais nada, perguntar: qual é a substância social comum a todas as mercadorias? É o trabalho. Para produzir uma mercadoria, deve-se investir nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social. Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para seu consumo, produz um produto, mas não uma mercadoria. Como produtor que se mantém a si mesmo, nada tem a ver com a sociedade. Mas para produzir uma mercadoria, não só é preciso um artigo que satisfaça uma necessidade social qualquer, mas também o trabalho, nele incorporado, deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho investido pela sociedade. Tem de estar subordinado à divisão de trabalho dentro da sociedade. Ele nada é sem os demais setores do trabalho; por sua vez, ele é necessário para integrá-los.⁷³

⁷²MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 97.

⁷³Idem, p. 99.

Portanto, uma mercadoria tem um valor e pode ser intercambiada com outras mercadorias, em proporções diferentes, pelo fato de serem produto do trabalho humano, de serem a “cristalização de um trabalho social”.⁷⁴ Como não estamos falando do trabalho individual, mas da quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção dessas mercadorias, importa esclarecer que se trata de uma “quantidade de trabalho necessária para produzir essa mercadoria em uma dada situação social e sob determinadas condições sociais médias de produção, com uma determinada intensidade social média e com uma destreza média do trabalho utilizado”.⁷⁵

O preço de todas as mercadorias nada mais é que a expressão em dinheiro do valor dos produtos. Os preços de mercado podem variar para cima ou para baixo do valor da mercadoria por causa das oscilações entre a oferta e a demanda. Como esclarece Marx, de um modo geral e

considerando períodos de tempo bastante longos, se todas as espécies de mercadorias são vendidas pelos seus respectivos valores, é absurdo supor que o lucro – não em casos isolados, mas o lucro constante e normal das diversas indústrias – seja resultado de uma majoração dos preços das mercadorias, ou da sua venda por um preço consideravelmente superior ao seu valor. O absurdo dessa ideia torna-se mais evidente pela sua generalização. O que se ganha constantemente como vendedor, perde-se constantemente como comprador. E para nada serve dizer que há pessoas que compram sem vender, consumidores que não são produtores. O que esses consumidores não produtores pagam ao produtor teriam antes de receber desse produtor gratuitamente. Se uma pessoa recebe o seu dinheiro e logo o devolve comprando suas mercadorias, por esse caminho nunca enriquecerá por mais caro que venda as suas mercadorias. Esse tipo de negócio poderá reduzir uma perda, mas jamais contribuirá para realizar um lucro.

Portanto, para explicar a “natureza geral do lucro” devemos partir do teorema segundo o qual as mercadorias são vendidas, em média, pelos seus verdadeiros valores e que os lucros são obtidos vendendo-se as mercadorias pelo seu valor, ou seja, proporcionalmente à quantidade de trabalho nelas incorporada. Se não conseguirmos explicar o lucro a partir dessa hipótese, de nenhum outro modo conseguiremos explicá-lo. Isso parece paradoxo e contraditório com a observação de todos os dias. Mas também parece paradoxo que a Terra gire em torno do Sol e que a água seja composta por dois gases altamente inflamáveis. As verdades científicas são sempre paradoxais quando julgadas pela experiência de todos os dias, que somente capta a aparência enganadora das coisas.⁷⁶

O capital precisa, nesse caso, encontrar uma mercadoria, entre as várias existentes no mercado, que tenha a capacidade de, uma vez adquirida pelo

⁷⁴Idem, p. 100.

⁷⁵Idem, p. 103.

⁷⁶Idem, p. 108.

seu valor, sendo colocada no processo de produção, produzir em uma determinada jornada de trabalho um valor superior ao seu, isto é, além do seu próprio salário (seus meios de vida, trabalho necessário) seja capaz de produzir mais valor, trabalho excedente, que possa, enfim, proporcionar lucro aos capitalistas, de modo que o valor inicialmente investido na forma de capital-dinheiro na compra de matéria-prima, meios de produção e força de trabalho, volte ao seu proprietário acrescido de um valor a mais. Essa mercadoria especial é a força de trabalho.

Isso porque, como alerta Marx, o que o operário vende ao capitalista não é

propriamente o seu “trabalho”, mas a sua “força de trabalho”, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. Tanto é assim que, não sei se as leis inglesas o fazem, mas, desde logo, algumas leis de países do continente fixam um “tempo máximo” durante o qual uma pessoa pode vender a sua força de trabalho. Se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravatura. Semelhante venda – se o operário vendesse a sua força de trabalho por toda a vida, por exemplo –, convertê-lo-ia imediatamente em escravo do patrão até o final de seus dias.⁷⁷

Mas, pergunta o autor, em *Salário, Preço e Lucro*: o que é o “valor da força de trabalho”?

Como o de qualquer outra mercadoria, esse valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para sua produção. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder se desenvolver e se manter, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência. Mas o homem, como a máquina, desgasta-se e tem de ser substituído por outro homem. Além da quantidade de meios de subsistência necessários para o seu “próprio” sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que terão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a classe dos trabalhadores. Além disso, tem de gastar uma soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade.⁷⁸

Tal como o preço das mercadorias em geral, o salário é a expressão em dinheiro do valor da força de trabalho. É preciso, entretanto, deixar claro que a definição dessas grandezas sofre também o impacto das condições histórico-culturais, ou, mais propriamente, a influência da luta de classes. Quanto mais organizados os trabalhadores, tanto mais serão capazes de arrancar dos

⁷⁷Idem, p. 110.

⁷⁸Idem, p. 111.

capitalistas condições mais favoráveis de venda da sua mercadoria força de trabalho, melhores condições de trabalho e salariais.

Adquirida a força de trabalho por um determinado salário no mercado de trabalho, o capitalista a aplica ao processo de produção em sua fábrica. Marx analisa esse processo de extração da mais-valia em *Salário, Preço e Lucro*:

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagar o seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria que comprou. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, o capitalista adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana. (...) Tomemos o exemplo do tecelão. Para recompor diariamente a sua força de trabalho, esse operário precisa reproduzir um valor diário de três xelins, o que faz com um trabalho diário de seis horas. Isso, porém, não lhe retira a capacidade de trabalhar dez, 12 ou mais horas diariamente. Mas, ao pagar o valor diário ou semanal da força de trabalho do tecelão, o capitalista adquire o direito de usar essa força de trabalho durante todo o dia ou toda a semana. Portanto, digamos que irá fazê-lo trabalhar 12 horas diárias, ou seja, além das seis horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar outras seis horas, a que chamarei “horas de sobretrabalho”, e esse sobretrabalho se traduzirá em uma “mais-valia” e em um “sobreproduto”. Se, por exemplo, nosso tecelão, com o seu trabalho diário de seis horas, acrescenta ao algodão um valor de três xelins, valor que constitui um equivalente exato de seu salário, em 12 horas acrescentará ao algodão um valor de seis xelins e produzirá uma “correspondente quantidade adicional de fio”. E, como vendeu sua força de trabalho ao capitalista, todo o valor ou todo o produto por ele criado pertence ao capitalista, que é dono, por um tempo determinado, de sua força de trabalho. Portanto, desembolsando três xelins, o capitalista realizará o valor de 6 xelins, pois pelo pagamento de seis horas de trabalho recebeu em troca um valor relativo a 12 horas de trabalho. Ao se repetir, diariamente, tal operação, o capitalista adiantará três xelins por dia e embolsará seis xelins; desse montante, a metade tornará a investir no pagamento de novos salários, enquanto a outra metade formará a “mais-valia”, pela qual o capitalista não paga equivalente algum. Esse tipo de troca entre o capital e o trabalho é que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema de trabalho assalariado e tem de conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista.⁷⁹

O capital tenta de todas as maneiras extrair uma maior quantidade de valor da mercadoria força de trabalho, utilizando para tanto dois métodos fundamentais para os capitalistas: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Ou seja, expandindo a jornada de trabalho, aumentando o ritmo e a intensidade do trabalho, diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, via inovação técnica e organização do

⁷⁹Idem, pp. 113-115.

trabalho, e, por consequência, diminuindo o tempo socialmente necessário à produção das mercadorias necessárias à manutenção dos trabalhadores, e, com isso, o valor da força de trabalho.

Mas *Salário, Preço e Lucro* não é só uma exposição da crítica marxista da Economia Política burguesa e da sociedade capitalista, especialmente a origem do lucro a partir da exploração da força de trabalho e da extração de trabalho excedente (mais-valia). Marx mostra o papel da força de trabalho e dos trabalhadores na criação da riqueza social, apropriada privadamente pela classe dominante. O texto também combate as tendências, dentro e fora da Primeira Internacional, que defendiam a falsa posição de que não adiantava os trabalhadores lutarem por aumento salarial, tendo em vista que essa ação não resultaria em melhores condições de vida e trabalho. Essa visão equivocada levava à negação das greves como um instrumento de luta dos trabalhadores e à disseminação da passividade na classe operária.

Salário, Preço e Lucro é uma demonstração da importância da organização dos trabalhadores nos sindicatos e das greves, como instrumento de luta dos trabalhadores. Porém, ao mesmo tempo, demonstra o alcance e os limites da luta econômica sindical, além da necessidade da luta política geral do proletariado. Marx afirma:

Depois de demonstrar que a resistência que os trabalhadores fazem periodicamente à redução dos salários e suas tentativas periódicas para conseguir um aumento de salários são fenômenos inseparáveis do sistema de trabalho assalariado e correspondem ao fato de o trabalho se equivaler às mercadorias e, portanto, submetido às leis que regulam o movimento geral dos preços; tendo demonstrado, ainda, que um aumento geral de salários resultaria em uma diminuição da taxa de lucro, sem afetar, porém, os preços médios das mercadorias, nem os seus valores, surge a questão de se saber até que ponto, na luta incessante entre o capital e o trabalho, este tem possibilidade de êxito. (...)

Pelo que diz respeito à limitação da jornada de trabalho, tanto na Inglaterra quanto em todos os outros países, ela nunca foi regulamentada a não ser por intervenção legislativa. E sem a constante pressão exterior dos operários, essa intervenção nunca se efetivaria. Em todo caso, esse resultado não seria nunca alcançado por acordos particulares entre os operários e os capitalistas. É a necessidade de uma ação política geral que demonstra claramente que, na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte. (...)

Essas breves indicações bastarão para demonstrar, precisamente, que o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui forçosamente para inclinar, cada vez mais, a balança em benefício do capitalista contra o operário e que, em consequência disso, a tendência geral da produção capitalista não é elevar o nível médio do salário, mas, ao contrário, diminuí-lo, baixando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo. Porém, sendo essa a

tendência das coisas neste sistema, isso quer dizer que a classe operária deva renunciar a se defender dos abusos do capital e deva abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que surgirem de melhorar em parte a sua situação? Se assim proceder, será transformada em uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. Creio haver demonstrado que as lutas da classe operária pelo padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema de trabalho assalariado; que, em 99% dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais do que esforços destinados a manter o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação do operário, que se vê obrigado a se vender como uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente, os operários ficariam, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura.

Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema de trabalho assalariado implica, a classe operária não deve exagerar, a seus próprios olhos, o resultado final dessas lutas diárias. Não deve se esquecer de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que luta para retardar o movimento descendente, mas não para mudar sua direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe são impostas, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez deste lema conservador: “Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!”, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “Abolição do sistema de trabalho assalariado!”.⁸⁰

O limite da luta econômica sindical está em se circunscrever aos limites do sistema vigente, em atacar apenas os seus efeitos, em vez de, como diz Marx, “ao mesmo tempo, se esforçarem para transformá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado”.⁸¹

2.4. O Capital: a obra magna de Marx

2.4.1. O método de *O Capital*

O primeiro livro de *O Capital: crítica da economia política (O processo de produção do capital)*, a obra magna de Marx, só veio a lume em 1867. Marx só cuidou em vida, portanto, da publicação de duas edições alemãs de *O Capital*, respectivamente em 1867 e 1872 e da edição francesa de 1872-1875. E tão

⁸⁰Idem, pp. 134-142.

⁸¹Idem, ibidem.

somente do Livro I. É preciso dizer que os livros II (*O processo de circulação do capital*) e III (*O processo global de produção capitalista*) de *O Capital*, foram publicados por Engels, respectivamente, em 1885 e 1894. O livro IV (*Teorias da mais-valia*) foi publicado por Karl Kautsky, entre 1905 e 1910. Há também um escrito intitulado *O Capítulo VI Inédito de O Capital*, que deveria se constituir o sexto capítulo do primeiro livro, conforme indicação de Marx, mas que não chegou a ser publicado junto com o Livro I. Somente em 1933 seria publicado em Moscou.⁸²

Em se tratando dos planos elaborados por Marx para a produção de sua obra maior, é importante observar a posição de Roman Rosdolsky:

Como se sabe, Marx elaborou dois planos – em 1857 e 1866 (ou 1865) – que deveriam servir de base para sua principal obra econômica. Entre ambos há um período de nove anos de experimentação e de permanente busca da forma expositiva adequada. Verifica-se uma progressiva contração do plano inicial e, ao mesmo tempo, uma ampliação da parte remanescente.

No plano de 1857, o conjunto da obra estava dividido em seis “livros” (ou “seções” ou “capítulos”). O primeiro deveria versar sobre o capital; o segundo, sobre a propriedade da terra; o terceiro, sobre o trabalho assalariado; o quarto, sobre o Estado; o quinto, sobre o comércio exterior; o sexto, sobre o mercado mundial e as crises. Além disso, Marx pretendia redigir uma introdução que explicitaria “as determinações gerais e abstratas que estão presentes, em grau maior ou menor, em todas as sociedades”. Mas, já em fins de 1858 ele desistiu de fazer essa introdução, pois considerava ruim “antecipar resultados que deveriam ser demonstrados”.

De acordo com o plano inicial, os três últimos dos seis livros da obra – sobre o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial – seriam apenas esboçados, limitando-se, como disse o próprio Marx, a meros “traços fundamentais”. Mesmo assim, a carta dirigida a Kugelmann em 28 de dezembro de 1862 trata desses livros, o que demonstra que nessa época eles ainda não tinham sido eliminados do plano geral. Isso veio a ocorrer pouco depois. O terceiro manuscrito de Marx, redigido em 1864-1865 (manuscrito que serviu de base para Engels organizar o terceiro tomo de *O Capital*), já não se refere a esses livros, relegando-os – pelo menos a um deles, aquele sobre o mercado mundial – à “continuação que, no devido tempo, daremos à obra”. Assim, já estaríamos diante de uma restrição do plano inicial.

A segunda restrição diz respeito ao segundo e ao terceiro livros, que tratariam da propriedade da terra e do trabalho assalariado. Também nesses casos não se pode ter certeza do momento em que Marx renunciou a escrever os livros imaginados. Sequer suas anotações para as seções I e III do “Livro sobre o capital”, datadas de janeiro de 1863 e publicadas posteriormente por Kautsky, respondem de forma concludente a essa questão. Mas os temas

⁸²No Brasil, a obra foi publicada em: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002; MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Abril Cultural, col. Os Economistas, 1982. Mais recentemente, uma nova tradução diretamente do original em alemão foi publicada no Brasil: MARX, Karl. *O Capital: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013. Cf. Também: MARX, Karl. *O capital: livro I, capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

fundamentais dos livros sobre a propriedade da terra e o trabalho assalariado foram incorporados aos manuscritos do primeiro e do terceiro tomos da obra definitiva, escritos originalmente entre 1864 e 1866. Assim, os seis livros planejados reduziram-se a um: aquele sobre o capital.

Ocupemo-nos agora da ampliação do primeiro livro, o remanescente. A ele, é claro, incorporou-se muito material dos livros suprimidos, especialmente o segundo e o terceiro, na medida em que continham elementos do “desenvolvimento econômico propriamente dito”. Mas isso não é tudo. Conforme o plano original, também o “Livro sobre o capital” estava dividido em quatro seções, que deveriam tratar: (a) do “capital em geral”, (b) da concorrência, (c) do crédito e, finalmente, (d) do capital dividido em ações. As duas primeiras versões da obra – ou seja, os *Grundrisse* e o já mencionado segundo manuscrito de 1861-1863 – restringiram-se basicamente à análise do “capital em geral”. Na carta a Kugelmann de 28 de dezembro de 1862, Marx escreveu sobre o segundo manuscrito: “De fato, só traz aquilo que deveria compor o terceiro capítulo da primeira seção, ou seja, o ‘capital em geral’. Por isso, não analisa a concorrência entre os capitais nem o sistema de crédito”. Um mês depois, porém, Marx esboçou as citadas anotações para a “terceira seção”. Nelas, aparece uma ruptura radical com o antigo esquema do livro sobre o capital. Nos dois anos seguintes, ele abandonou a intenção de tratar separadamente a concorrência, o sistema de crédito e o capital dividido em ações, ampliando, no entanto, progressivamente, a seção I do primeiro livro, que trataria do “capital em geral”. No novo plano estrutural, a parte essencial dos três “livros” previstos, que passariam a tratar de: (1) o processo de produção do capital, (2) o processo de circulação e (3) o processo global da produção capitalista. O *capital* recebeu assim sua forma definitiva.⁸³

Com *O Capital*, Marx não só se consolida como um dos mais importantes pensadores da história da humanidade, como chega ao auge do desenvolvimento de sua crítica da Economia Política burguesa e do próprio capitalismo. E, ao contrário do que em geral se possa pensar, *O Capital* não é uma obra simplesmente econômica, mas uma obra sobre a sociedade capitalista, a sua origem, o seu desenvolvimento, a sua dinâmica, a sua estrutura e as suas contradições, que possibilitam a luta pelo socialismo. Além disso, Marx é obrigado, pelas próprias circunstâncias da análise, a retomar, frequentemente, elementos das formações sociais pré-capitalistas, agregando, dessa forma, conhecimentos importantes em vários campos das ciências sociais.

O objetivo fundamental de *O Capital*, como afirma Marx, é “descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna”.⁸⁴ Marx desejava compreender a origem, a estrutura, a dinâmica e as contradições da sociedade capitalista moderna, que levam à sua superação. A partir da análise da forma

⁸³ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001, pp. 27-28.

⁸⁴MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002, p. 18.

mercadoria, que, como falamos, é a parte mais simples da sociedade burguesa, Marx realiza uma análise profunda da organização capitalista e de suas contradições socioeconômicas.

O estudo da sociedade capitalista se dá a partir do método do materialismo histórico, de base dialética, como explica o autor:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele tranforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.⁸⁵

Como avalia Coggiola, todo o trabalho de análise e elaboração teórica de Marx, em toda a sua obra e, particularmente, em *O Capital* teria sido impossível

Se Marx não houvesse contado com o *método* adequado para realizá-lo. O ponto mais alto alcançado pela filosofia burguesa lhe foi proporcionado na forma da *dialética*, verdadeira *ciência das leis do movimento* – da natureza, da sociedade e do pensamento –, cujas bases já haviam sido sistematizadas por Hegel.

A dialética condena a ideia de um progresso linear e coloca que, tanto na natureza como na sociedade, a passagem de um estágio para outro acontece através da negação da etapa anterior, de “saltos” e revoluções. O motor desse movimento por meio de saltos é a *contradição*: todas as coisas possuem em seu seio o elemento contraditório, que as levará ao seu desaparecimento.

Também nesse caso, Marx assimilou criticamente essa conquista do pensamento: em sua forma hegeliana (...). Marx a utilizou em um sentido *materialista*, convertendo-a na crítica mais impiedosa da religião e do Estado: “Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda porque parecia glorificar o que existia. Em sua forma racional, é escândalo e abominação para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, porque na compreensão positiva do que existe inclui também, ao mesmo tempo, a compreensão da sua negação, de sua necessária ruína; porque concebe toda forma desenvolvida no fluir do seu movimento, e portanto sem perder de vista seu lado perecível, porque nada a faz retroceder e é, pela sua própria essência, crítica e revolucionária” (Marx, prólogo a *O Capital*). Por isso, em *O Capital* a dialética não se limita a por em relevo a origem e o desenvolvimento do capitalismo, mas também, sobretudo, as tendências que o conduzem até a morte inevitável. Mais do que fazer uma radiografia do capital, dá-lhe um certificado de óbito antecipado.⁸⁶

Para Marx, a realidade não é produto das ideias, pelo contrário, as ideias são forjadas em determinadas condições históricas concretas. Por isso, Marx parte sempre da realidade concreta, mas não se restringe a ela. Por um

⁸⁵Idem, p. 28.

⁸⁶Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *Introdução à teoria econômica marxista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 12.

processo de abstração, os conceitos (categorias) são extraídos da realidade para, dialeticamente, voltar à realidade para compreendê-la como uma totalidade concreta, desta vez como uma síntese de múltiplas determinações. Mas, aqui nada tem a ver com uma realidade morta, imóvel. Trata-se, isto sim, da realidade em movimento, em constante transformação. Portanto, o marxismo encara a realidade de maneira muito complexa: “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”.⁸⁷

Marx observa que é “mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa”. *O Capital*, como se sabe, foi elaborado à base de muita pesquisa das relações e processos capitalistas, de experiências, fatos, acontecimentos e dados concretos, a partir de jornais, revistas, livros, documentos e relatórios oficiais ou não. Para o fundador do marxismo:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada (...).⁸⁸

Como ocorre com todas as ciências, e, em particular com as ciências sociais, a produção do conhecimento não acontece de maneira isolada do mundo e das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Só podemos elaborar as ideias e os conhecimentos inseridos em uma teia de relações, que conformam a sociedade na qual vivemos, produzimos e atuamos. A sociedade capitalista é, antes de tudo, um sistema de relações sociais muito complexo baseado na divisão de classes e, portanto, na diferença dos interesses materiais em torno do excedente produzido pelo trabalho humano. Esse excedente econômico é a base da manutenção de toda a estrutura social, política e jurídica.

É, portanto, compreensível que os conhecimentos no campo da Economia Política e da sua crítica despertem os mais profundos conflitos: “A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas

⁸⁷MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 14.

⁸⁸MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002, p. 18.

adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e as mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado”.⁸⁹

No caso da Economia Política burguesa podemos perceber claramente as suas mudanças na medida em que a luta de classes entre a burguesia e o proletariado se tornava mais candente. A Economia Política teve a seguinte origem, de acordo com Netto e Braz:

A expressão *Economia Política*, que tem origem no grego *politeia* e *oikonomika*, aparece, pela primeira vez, em 1615, quando Antoine Montchrétien (1575-1621) publica a obra *Traité de l'Économie Politique* [Tratado de Economia Política]. E embora surja em textos de François Quesnay (1694-1774), James Steuart (1712-1780) e Adam Smith (1723-1790), é apenas nos primeiros vinte anos do século XIX que passa a designar um determinado corpo teórico. Mas isso não significa que a Economia Política só se constituiu e sistematizou como campo teórico na entrada do século XIX – significa apenas que nesses anos ela passou a ser reconhecida como tal.

Com efeito, ao longo dos séculos XVII e XVIII, desenvolveu-se e acumulou-se o estoque de conhecimentos que haveria de estruturar a Economia Política, resultante da contribuição, nesse decurso temporal, de um largo rol de pensadores, dentre os quais caberia lembrar William Petty (1623-1687), na Inglaterra, e Pierre de Boisguillebert (1646-1714), na França. No entanto, o que se pode denominar de *período clássico* da Economia Política (ou, ainda, *Economia Política clássica*) vai de meados do século XVIII aos inícios do século XIX; mais precisamente, a Economia Política clássica “começa na Inglaterra, com Petty, e na França com Boisguillebert” e “termina com [David] Ricardo [1772-1823] na Inglaterra e [Jean-Charles-Léonard Simonde de] Sismondi [1773-1842] na França”.⁹⁰

Os primeiros economistas burgueses, pelo caráter ainda embrionário da luta de classes entre proletariado e burguesia, puderam produzir um conjunto de conhecimentos sobre a sociedade burguesa em expansão, que representaram um grande avanço em relação aos conhecimentos anteriores sobre a produção social e as relações de trabalho. Entretanto, quando o proletariado começa a aparecer como uma classe politicamente independente, defendendo reivindicações econômicas, sociais e políticas próprias, organizando-se em associações, sindicatos, movimentos e partidos políticos e confrontando-se com a burguesia, a classe dominante teve, cada vez mais,

⁸⁹Idem, *ibidem*.

⁹⁰NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 16.

que aliar-se aos setores conservadores da sociedade e enfrentar com violência a luta de classes.

Essas transformações e posturas das classes dominantes se refletiram na elaboração dos conhecimentos no campo da Economia Política e, porque não dizer, de todas as ciências sociais:

A economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem burguesa a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permaneça latente ou se revele apenas em manifestações esporádicas.

Vejamos o exemplo da Inglaterra. Sua economia política clássica aparece no período em que a luta de classes não estava desenvolvida. Ricardo, seu último grande representante, toma, por fim, conscientemente, como ponto de partida de suas pesquisas, a oposição entre os interesses de classe, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra, considerando, ingenuamente, essa ocorrência uma lei perene e natural da sociedade. Com isso, a ciência burguesa da economia atinge um limite que não pode ultrapassar. Ainda no tempo de Ricardo e em oposição a ele, aparece a crítica à economia burguesa, na pessoa de Sismondi. (...)

A burguesia conquistara poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.⁹¹

Assim, a Economia Política burguesa passou à condição de apologia da sociedade burguesa, procurando legitimar o processo de dominação capitalista e a exploração do proletariado pelo capital. Não importa mais compreender a sociedade burguesa, a sua estrutura, dinâmica, funcionamento e contradições, mas encontrar a melhor política econômica que garanta a estabilidade social e política e as condições para a retomada, em maior escala, da acumulação de capital.

2.4.2. Trabalho e Teoria do valor-trabalho

É preciso ressaltar, em primeiro lugar, que no bojo de toda a análise de *O Capital* está a ideia de que o trabalho é a relação metabólica do homem com a natureza, a partir da qual se extraem os meios de produção e os meios de

⁹¹MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, I. 1, v. I, 2002, pp. 22-23.

subsistência, indispensáveis à existência social. A força de trabalho produz, em seu intercâmbio com a natureza, desde as sociedades mais simples às mais complexas, o conteúdo material da riqueza social. Evidentemente, nem sempre a força de trabalho foi explorada, assim como nem sempre existiram propriedade privada, classes sociais, mercadoria e dinheiro. Durante milhares de anos, os homens viveram em relações sociais de cooperação, sem exploradores nem explorados. Conhecemos essas formações sociais como *sociedades comunistas primitivas*.

A esse respeito, observa acertadamente Marx, em *O Capital*:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. (...) Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fluir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais.⁹²

Dessa forma, Marx destaca os elementos do processo de trabalho humano, quais sejam: a) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; b) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho. O objeto do trabalho, as matérias extraídas da natureza, quando experimentam alguma modificação pelo trabalho, são chamadas de matéria-prima. Assim, se “o objeto de trabalho é, por assim dizer, filtrado através de trabalho anterior, chamamo-lo de matéria-

⁹²Idem, pp. 211-212.

prima. Por exemplo, o minério extraído depois de ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima”.⁹³

Os meios de trabalho são uma coisa ou complexo de coisas que o “trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto”. O processo de trabalho, uma vez atingindo certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados. É claro que os homens desenvolveram ao longo das diferentes formas de sociedades na história, diferentes meios de trabalho, diferentes instrumentos, com os quais realizavam a atividade de produção de bens para a subsistência e para a própria produção. Para Marx, o “que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho”.⁹⁴

Por meio do processo de trabalho, os homens imprimem transformações nos objetos de trabalho, a partir do seu projeto inicial (ou como Marx, diz, “subordinada a um determinado fim”), por meio dos instrumentos de trabalho. Como consequência desse processo de trabalho, resultam determinados bens, indispensáveis à existência social. Resulta daí um produto, “um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada”. O trabalho que produz valor de uso, produtos que têm uma determinada utilização ou atendem a uma necessidade humana, Marx denomina de trabalho útil ou concreto.⁹⁵

Essa forma de trabalho, que produz valor de uso, transformando cotidianamente a natureza e dela extraíndo os materiais necessários à produção por meio dos instrumentos de trabalho (meios de produção), é inerente à sociabilidade humana:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humana; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da

⁹³Idem, p. 212.

⁹⁴Idem, pp. 213-214.

⁹⁵Idem, pp. 214-215.

vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.⁹⁶

Desde que surgiram as sociedades classistas, a força de trabalho é explorada pela classe dominante nas várias formações econômico-sociais fundadas na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do homem pelo homem. Na sociedade escravista antiga, os escravos eram explorados pelos ricos proprietários de terra. No feudalismo, os camponeses eram submetidos ao trabalho servil pela nobreza e clero (senhores feudais). Sob o capitalismo, o proletariado e demais assalariados são explorados pelas frações da burguesia (industrial, comercial, agrária, financeira, bancária).

O trabalho toma determinações históricas, dependendo da formação social em análise. Mas nenhuma dessas formações societárias pode existir sem a relação com a natureza, sem a produção da riqueza social. Mesmo no socialismo, as condições de vida devem ser satisfeitas (meios de produção e meios de subsistência). Logicamente, uma vez que os meios de produção estejam sob o controle coletivo e a economia seja socializada, as possibilidades de produção, distribuição e consumo serão alteradas, de modo que os indivíduos trabalhem cada vez menos, para que possam se dedicar a outras atividades (estudo, lazer).

O fundamental é compreender que todas as sociedades, sejam classistas ou não, tiveram de produzir cotidianamente as condições materiais da vida social, os valores de uso, sem os quais nenhuma sociedade pode se reproduzir socialmente. Os valores de uso são os bens ou produtos do trabalho humano. Nas sociedades de classes, o intercâmbio entre os povos se ampliou, de modo que certos valores de uso foram transformados em valores de troca, isto é, em mercadorias, para serem vendidas nos mercados. Portanto, a mercadoria e o dinheiro são bem anteriores ao surgimento da sociedade capitalista.

A teoria do valor-trabalho é a base a partir da qual Marx analisa a sociedade burguesa e desenvolve suas ideias econômicas. Como dissemos anteriormente, esta teoria foi desenvolvida inicialmente pelos economistas clássicos, em particular por Adam Smith e David Ricardo, nos quais Marx tanto se inspirou para aprofundar a sua análise da sociedade capitalista e a crítica da própria economia política burguesa. Como destaca Netto e Braz:

⁹⁶Idem, p. 218.

nas origens mesmas da Economia Política clássica, a questão do *valor* (ou seja: do constitutivo da riqueza social) aparece vinculada ao trabalho. Essa vinculação surge, já em 1738, em um panfleto de autor desconhecido: o *valor* de uma mercadoria “depende da quantidade de trabalho necessário que ela demanda” (*apud* J. Bidet, *in* Labica e Bensussan, 1985: 1.193) – trata-se de noção generalizada entre os pensadores do século XVIII; é assim que Smith abre o seu célebre *Inquérito das causas da riqueza das nações* (conhecido, resumidamente, como *A riqueza das nações*), uma das obras que marca o apogeu da Economia Política clássica: “O trabalho anual de uma nação é o fundo de que provêm originariamente todos os bens necessários à vida e ao conforto que a nação anualmente consome, e que consistem sempre ou em produtos imediatos desse trabalho ou em bens adquiridos às outras nações em troca deles” (Smith, 1999, I: 99). Dentre todos os economistas clássicos, foi Ricardo, porém, aquele que mais desenvolveu a chamada *teoria do valor-trabalho*: ela ocupa as sete seções que compõem o primeiro capítulo dos seus *Princípios de economia política e tributação*, e não é por acaso que o título da primeira daquelas seções enuncia a tese ricardiana: “O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção [...]”. (Ricardo, 1982:43). Em resumidas contas, essa teoria sustenta que o *valor* (a *riqueza social*) resulta exclusivamente do trabalho. Obviamente, nem tudo que é valioso para a sociedade resulta do trabalho; pense-se, por exemplo, nos elementos naturais, sem os quais a vida seria impossível (o oxigênio da atmosfera) – mas o interesse dos economistas políticos dirigia-se para a compreensão da *riqueza social*, tal como ela se apresentava na nascente sociedade burguesa.⁹⁷

Essa teoria mostra não só que a riqueza é produto do trabalho humano, como também que as mercadorias, por serem fruto do trabalho humano e conterem trabalho, podem ser intercambiadas umas pelas outras em determinadas proporções, convergindo para a formação e realização do valor. Se nos adiantarmos ao momento em que Marx produz a sua *teoria da mais-valia* (ou *mais-valor*), a teoria do valor-trabalho nos mostra também que, aqueles que produzem a riqueza social no capitalismo, encontram-se imersos em um processo de exploração e de opressão profundo e que essa realidade tem de ser transformada.

2.4.3. A mercadoria e o dinheiro

A mercadoria é a forma elementar da riqueza da sociedade burguesa, e esta constitui uma coleção de mercadorias. Conforme Marx, “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa

⁹⁷NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 48-49.

acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria”.⁹⁸

Mas é preciso esclarecer uma questão importante. Os produtos do trabalho humano em todas as sociedades são valores de uso, isto é, por suas propriedades materiais atendem a determinadas necessidades humanas, portanto, têm uma determinada utilidade. A partir do desenvolvimento do excedente econômico e, com ele, das trocas e do intercâmbio comercial e da constituição de economias mercantis, estruturadas a partir dos mercados, os produtos do trabalho humano adquiriram outra característica: a de serem valores de troca. A mercadoria, portanto, possui dois fatores: ela é valor de uso, pois atende a uma determinada utilidade ou necessidade humana, e é valor de troca, pois pode ser trocada por outras mercadorias ou por dinheiro em determinadas proporções. Como afirma Marx, a

mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.⁹⁹

Dessa forma, os “valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma da sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca”.¹⁰⁰ Os valores de uso no capitalismo são portadores do valor de troca. Assim, o “valor de troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço”.¹⁰¹ No caso do capitalismo, como economia monetarizada, as mercadorias são trocadas por dinheiro.

Milhões de trocas são realizadas cotidianamente na sociedade capitalista pelos indivíduos. Mercadorias são trocadas por dinheiro que, por sua vez, pode ser usado para adquirir outras tantas mercadorias, em um intercâmbio permanente. Basta observar as feiras e os mercados. Há algo em comum nas

⁹⁸MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002, p. 57.

⁹⁹Idem, *ibidem*. Ou como diz Marx: “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (Idem, p. 58).

¹⁰⁰Idem, p. 58.

¹⁰¹Idem, *ibidem*.

mercadorias, por mais diferenciadas que sejam do ponto de vista de suas propriedades físicas, que possibilita a troca entre elas, em determinadas proporções. Se “prescindirmos do valor de uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho”. Abstraindo-se os diferentes tipos de trabalho concretos usados na sua fabricação, as mercadorias podem ser reduzidas a “uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato”.¹⁰²

O valor é a substância ou elemento comum a todas as mercadorias, o fato de serem produto do trabalho humano, de serem cristalização de trabalho humano. O valor de troca é a forma de expressão ou manifestação do valor, o que se obtém em troca de uma determinada mercadoria ou a proporção em que as mercadorias são trocadas. Mas, como se mede a grandeza desse valor? Por meio da substância criadora de valor nela contida: o trabalho. Por sua vez, a quantidade de trabalho se mede “pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações de tempo, como hora, dia etc.”.¹⁰³

Se o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho gasto durante a sua produção, poderia parecer que quanto maior o dispêndio de trabalho, tanto maior o valor de tal mercadoria. Em outras palavras, quanto “mais preguiçoso ou inábil um ser humano, tanto maior o valor de sua mercadoria”. Entretanto, não é disso que se trata. A explicação está em que não é o trabalho individual que forma o valor da mercadoria, mas o trabalho socialmente necessário, em condições sociais normais de produção, grau social médio de destreza dos trabalhadores e grau social médio de intensidade do trabalho. Nas palavras de Marx: “O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso”.¹⁰⁴ Em outros termos: “quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor a

¹⁰²Idem, p. 60. “Esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano abstrato” (Idem, *ibidem*). Ou: “Um valor de uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato” (Idem, *ibidem*).

¹⁰³Idem, *ibidem*.

¹⁰⁴Idem, p. 61. Cf. Também BRUSCHI, Valeria et. al. *Mais Marx: material de apoio à leitura de Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 44.

quantidade de trabalho para produzir uma mercadoria, e, quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor”.¹⁰⁵

Em seguida à análise dos dois fatores da mercadoria, Marx passa a falar do duplo caráter do trabalho contido nela: trabalho concreto (útil) e trabalho abstrato. O trabalho concreto, útil, é a atividade humana produtora de valores de uso. É o trabalho do sapateiro, marceneiro, carpinteiro, pedreiro, entre outros, cada um com suas próprias características individuais concretas. Como trabalho concreto ou útil, criador de valores de uso, o “trabalho é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedades –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana”.¹⁰⁶

O trabalho humano abstrato é o trabalho humano geral abstraído das atividades concretas, é a redução ao trabalho humano indiferenciado, mero dispêndio de trabalho humano geral e, como tal, é a substância do valor das mercadorias. Para Marx, o “valor da mercadoria, porém, representa trabalho humano simplesmente, dispêndio de trabalho humano geral”. No processo de troca, de equivalência, ocorre a redução dos distintos dispêndios de trabalho a trabalho socialmente necessário, assim como o trabalho complexo é reduzido a trabalho simples por um processo social que acontece na sociedade capitalista.¹⁰⁷

Após a análise do duplo caráter do trabalho contido na mercadoria, Marx passa à descrição do desenvolvimento da forma valor, desde a sua forma mais simples até a forma-dinheiro, mais desenvolvida. Esse processo expressa o avanço das trocas e do comércio, de modo que uma mercadoria assume a forma-dinheiro, passa a exprimir o valor de todas as outras mercadorias e funciona como equivalente universal de todas as outras mercadorias. Essa mercadoria é o dinheiro. O dinheiro pode assumir variadas funções, como meio de circulação, reserva de valor, meio de pagamento, meio de poupança ou entesouramento. Quando falamos de *Para a crítica da economia política*, havíamos apontado essas funções do dinheiro e definimos cada uma delas.

¹⁰⁵MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, I, 1, v. I, 2002, p. 62.

¹⁰⁶Idem, p. 64.

¹⁰⁷Idem, p. 66.

Aparentemente, a mercadoria é uma coisa muito simples, compreensível. Entretanto, avalia Marx, “ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas (...). Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável”.¹⁰⁸ Na sociedade capitalista, os produtos do trabalho humano adquirem características tais, que não parecem ser produtos do trabalho humano, como se não viessem de uma fábrica concreta, onde trabalho e capital se relacionam. De onde vem esse caráter misterioso dos produtos do trabalho humano, quando assumem a forma mercadoria? Marx responde: “Dessa própria forma (...). as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho”.¹⁰⁹

A mercadoria é misteriosa, acrescenta Marx, simplesmente por encobrir as

características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos.¹¹⁰

Em uma sociedade mercantil, baseada na propriedade privada e na divisão social do trabalho, o mercado é laço social fundamental, que une os diferentes produtores individuais. Cada produtor tem o controle de sua própria atividade, mas perde a noção do conjunto da vida social e da produção, já não sabe o que os outros produtores produzem, nem a quantidade, nem o ritmo da produção. Somente no momento da troca, da compra e venda, o produtor pode saber se o seu trabalho privado é parte do trabalho socialmente necessário ou se, simplesmente, é trabalho supérfluo, inútil.

Embora não tenham noção dessa realidade, os produtores, mediados pelo laço do mercado, agem de acordo com essa relação social. As mercadorias, produtos do trabalho humano, parecem adquirir vida própria e poder sobre os próprios produtores. Marx denomina esse fenômeno social

¹⁰⁸Idem, p. 92-93.

¹⁰⁹Idem, p. 94.

¹¹⁰Idem, ibidem.

como *fetichismo* da mercadoria. Os capitalistas não controlam a produção de conjunto, porque a economia capitalista é baseada na anarquia da produção, portanto não é planejada coletivamente. Os trabalhadores não controlam os produtos do seu trabalho, pois não controlam os meios de produção, que estão sob o domínio dos capitalistas.

Em uma sociedade baseada no mercado e no dinheiro, as pegadas que levam à produção, às relações entre capital e trabalho, são apagadas por um processo social, obscurecendo a própria compreensão da origem, estrutura e dinâmica das relações de produção capitalistas. Só assim, podem ser aceitas as concepções ideológicas que apresentam as próprias relações de dominação e de exploração capitalistas como relações de igualdade, como a sociedade da liberdade, quando, na verdade, reina a mais profunda desigualdade entre os indivíduos e classes sociais.

2.4.4 A transformação do dinheiro em capital

Como dissemos na primeira parte, a riqueza na sociedade burguesa, em que domina o modo de produção capitalista, aparece como uma imensa coleção de mercadorias. Trata-se de uma verdade elementar constatável por via empírica, tendo em vista que toda a vida no capitalismo é mediada pelo mercado e pelo dinheiro. A produção de bens ou produtos (mercadorias) no capitalismo se destina ao mercado, à venda e não ao consumo imediato do produtor direto. Não se consegue fazer nada no capitalismo sem que se tenha dinheiro disponível, até mesmo um simples ato de ir e vir, de se deslocar de um local a outro depende do dinheiro.

Mas, para que o capitalismo fosse imposto definitivamente como uma formação social dominante foi preciso muito tempo. A própria produção e circulação mercantil, isto é, a produção de mercadorias e as trocas comerciais, inclusive mediadas pelo dinheiro, foram constituídas muito antes do próprio capitalismo. Na chamada Economia Mercantil Simples, anterior ao capitalismo, o produtor direto (camponês, artesão) produzia para o seu próprio consumo e da sua família e o excedente trocava por outros bens produzidos por outros produtores, igualmente para atender às suas necessidades.

A fórmula que sintetiza a produção mercantil simples é: M (mercadoria) – D (dinheiro) – M (mercadoria). Em uma economia desse tipo, a produção de mercadorias se destina à satisfação de necessidades de matéria-prima e de consumo, de modo que o excedente é intercambiado com outros produtores diretos, na qual o dinheiro figura apenas como intermediário na circulação das mercadorias, mas de nenhuma forma como meio de obtenção de lucro ou de acumulação de riqueza. Uma economia mercantil dessa natureza supõe, evidentemente, que os meios de produção estejam na posse dos produtores diretos.

A produção mercantil surgiu na Antiguidade escravocrata, quando a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho já estavam claramente estabelecidas. Os mercados foram se constituindo como um laço social importante para a produção e aquisição de bens. A produção de mercadorias era feita por trabalhadores livres, artesãos. Entretanto, apesar do largo desenvolvimento das trocas e das atividades comerciais, predominou na sociedade escravista o trabalho do escravo, considerado um instrumento falante, de propriedade dos nobres. No feudalismo, a produção era realizada no campo pelos camponeses e suas famílias e, na cidade, pelos artesãos, por meio das corporações de ofícios (guildas). A base dessa produção mercantil era o trabalho pessoal e a propriedade dos meios de trabalho, ainda sob controle dos produtores.

A desagregação do feudalismo e o desenvolvimento do capitalismo foram marcados, entre outras coisas, pela ampliação das atividades comerciais, abertura de novos mercados, maior circulação de moeda, alargamento dos meios de comunicação, avanço dos conhecimentos científicos e processo de urbanização. A atividade de comércio ganha novos contornos, passando a existir intermediários (comerciantes) entre a produção e o consumo. Para os comerciantes, interessava comprar produtos fabricados pelos camponeses e artesãos mais baratos e vendê-los por um preço maior.

O caráter da produção mercantil muda de configuração, pois se trata de investir dinheiro na compra de determinadas mercadorias para obter, mediante venda, um lucro. O comerciante, que não estava diretamente ligado à produção de bens, comprava produtos para revender a um preço maior. A fórmula nesse caso passa a ser a seguinte: D – M – D+. O dinheiro figura no início e no final

desse processo mercantil. No final do processo, pretende-se obter mais do que se investiu inicialmente. A circulação mercantil já não tem como objetivo fundamental a satisfação de necessidades de produtores diretos, mas a obtenção de lucro, a acumulação de riquezas nas mãos desses comerciantes.

Esse processo de intensificação e expansão das atividades comerciais e, portanto, da produção mercantil, leva à constituição de uma burguesia que passa a concentrar capitais para investir diretamente no processo de produção, constituindo manufaturas, contratando trabalhadores assalariados, organizando a produção na fábrica, mediante certa divisão do trabalho cada vez mais complexa. Esse processo de concentração de uma soma de capital nas mãos desses burgueses não foi pacífico, mas violento e dependeu não só da expropriação dos produtores diretos (camponeses e artesãos), como do processo de colonização europeia e de exploração das riquezas de diversos povos. Marx chamou esse processo, em *O Capital*, de *acumulação primitiva do capital*.

Nesse sentido, a pequena produção mercantil e sua circulação mercantil simples cedem lugar à produção mercantil capitalista e à circulação mercantil desenvolvida. Não se trata mais do pequeno produtor, que trabalha a sua terra ou produz os seus bens, por meio do trabalho pessoal e através dos seus meios de produção para garantir a satisfação de suas necessidades mais elementares. Trata-se, agora, de uma produção mercantil capitalista, em que os donos dos capitais e dos meios de produção (burguesia) contratam trabalhadores e os submetem às relações de assalariamento, obrigando-os a vender a sua força de trabalho por um salário.¹¹¹

O processo de circulação mercantil não se destina mais à mera satisfação de necessidades dos produtores, mas à acumulação de capital, à obtenção de lucro. O dinheiro deixa de ser puramente meio de troca, convertendo-se em meio de acumulação de capital. Entretanto, se esse processo originalmente ocorreu no plano do comércio (capital comercial) não podia permanecer por muito tempo apenas dependente dele. O burguês, evidentemente, aprendeu, pela própria experiência, que não era possível obter um lucro sólido e consistente por meio do processo de circulação, do comércio. O que se ganha

¹¹¹NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 125.

com a venda das mercadorias se perde com a compra. Era preciso encontrar, entre as várias mercadorias existentes, uma que fosse capaz de produzir para além do seu próprio custo. Não teria sentido, para os capitalistas, investir seus capitais, se, ao final, não pudessem obter algo maior do que o seu investimento inicial. Essa mercadoria foi encontrada: a *força de trabalho*.

Na economia capitalista, o dinheiro empregado na compra de mercadorias (força de trabalho e meios de produção) se destina à produção de mercadorias novas para a venda e a sua transformação (realização) em dinheiro, para a acumulação privada pelo capitalista. O lucro e a acumulação de capital são os objetivos fundamentais da economia capitalista. A fórmula da produção e reprodução capitalista é: D (dinheiro) – M (mercadorias: força de trabalho-ft e meios de produção-mp) que, levados ao processo de produção, resulta em M' (novas mercadorias, contendo mais-valia produzida pela força de trabalho) – D' (realização da mais-valia, na forma de capital-dinheiro). Esse processo pode ser expresso na fórmula:

$$D - M \text{ [mp e ft]} \dots P \dots M' - D'$$

Trata-se, pois, da *rotação do capital*, que “configura o movimento do capital: ele sai da esfera da circulação (capital monetário), ingressa na esfera da produção (capital produtivo) e retorna à esfera da circulação quando a mercadoria é finalmente comercializada e, pois, realizada (de novo, capital monetário)”.¹¹²

O capitalismo, pela sua própria lógica expansiva, foi a única formação econômico-social que generalizou a produção de mercadorias e internacionalizou o comércio entre os vários países e continentes. É também no capitalismo que todos os bens ou produtos do trabalho humano, e, inclusive, coisas jamais pensadas como mercadorias (saúde, educação, previdência, órgãos humanos, pessoas, conhecimento), podem ser transformados em valores de troca, em mercadorias a serem negociadas. Com a expansão das relações capitalistas de produção em todo o mundo, mercantilizam-se as relações sociais. Diversas coisas e relações passam a ser exploradas pelo capital.

¹¹²Idem, pp. 142-143.

Mas como se dá a relação entre capital e trabalho na sociedade burguesa? Como dissemos mais acima, na parte sobre a acumulação primitiva do capital, Marx analisa como foram constituídas as pré-condições para a sedimentação do capitalismo, através da transformação dos produtores diretos (camponeses e artesãos) em trabalhadores assalariados, de modo que a classe dominante os expropriou de quaisquer meios de produção. Coube aos governos e Estados imporem o trabalho assalariado como forma dominante através de leis de assalariamento, as chamadas *leis sanguinárias*, com penas para os que não se sujeitavam a elas.

Dito isto, Marx estuda em *O Capital* como se realiza a relação entre capital e trabalho no processo de produção. Através da exploração da força de trabalho pelo capital, os trabalhadores engendram a riqueza social, apropriada de forma privada pela burguesia. Trata-se de uma das maiores contradições do modo de produção capitalista: a produção da riqueza é social, coletiva, mas a apropriação da riqueza é privada. Marx explica que, na sociedade burguesa, o

trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho.¹¹³

Porém, desenvolve Marx:

o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia –, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, apenas cede realmente o valor de uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor de uso da sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhes pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega.¹¹⁴

¹¹³MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, I. 1, v. I, 2002, p. 218.

¹¹⁴Idem, p. 219.

Sob a aparência de uma igualdade jurídico-formal, expressa nas Constituições, no Direito do Trabalho e no próprio contrato de trabalho (Direito burguês), o capital adquire a mercadoria força de trabalho no mercado, colocando-a a seu serviço durante certa jornada de trabalho. Como explica Marx:

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor de uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho. Mas que é um dia de trabalho? Será menor do que um dia natural da vida. Menor de quanto? O capitalista tem seu próprio ponto de vista sobre esse extremo, a fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna.¹¹⁵

Pela utilização da força de trabalho, o capitalista paga o preço desta mercadoria, ou seja, o salário. O valor da força de trabalho, tal como de todas as demais mercadorias, é determinado, no limite, pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção e reprodução da força de trabalho e de sua família, ou seja, “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio”.¹¹⁶ É evidente que o preço da força de trabalho, o salário, varia para cima ou para baixo do seu valor e depende da oferta e da procura, mas sofre também os condicionamentos histórico-sociais da luta de classes.

Marx continua: durante uma parte da jornada (chamada de jornada necessária ou tempo de trabalho necessário), o trabalhador produz o seu próprio salário, que lhe foi pago pelo capitalista. Na outra parte da jornada (chamada jornada excedente ou trabalho excedente), o trabalhador produz uma quantidade de trabalho e de riquezas a mais, não paga pelo capitalista, o excedente econômico, apropriado sob a forma de *mais-valia* pelo capitalista.

Explicemos: após certo número de horas da jornada (digamos, quatro horas), o trabalhador reproduz o valor do salário que lhe foi ou será pago. No entanto, pelas normas do Direito burguês, expressas no contrato de trabalho, o trabalhador deve continuar trabalhando o restante da jornada de trabalho (mais

¹¹⁵Idem, p. 271.

¹¹⁶MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, I. 1, v. II, 2006, p. 591.

quatro horas, supondo uma jornada de oito horas diárias), pois foi contratado para trabalhar por uma jornada de oito horas e não de quatro. O valor criado nas horas excedentes é apropriado pelo capitalista sem pagar absolutamente nada ao trabalhador. A mais-valia é constituída na produção social, enquanto a sua realização, a sua transformação em capital-dinheiro, depende do comércio, da circulação, da venda das mercadorias. Como diz Marx, deduzindo-se “o custo das matérias-primas, das máquinas e do salário, o restante do valor da mercadoria constitui a mais-valia, na qual estão contidos todos os lucros”.¹¹⁷

Reforçando a análise de Marx, Engels esclarece o que acontece depois de o operário vender a sua força de trabalho ao capitalista, em troca de um salário:

O capitalista leva o operário para a sua oficina ou fábrica, onde já se encontram todos os objetos necessários ao trabalho: matérias-primas, matérias auxiliares (carvão, corantes etc.), ferramentas, máquinas. Aí começa o labutar do operário. Suponhamos que o seu salário diário seja de 3 marcos, como no caso acima – pouco importando que ele os ganhe por tempo ou por peça. Suponhamos, novamente, que o operário, em 12 horas, acrescenta às matérias-primas utilizadas, com o seu trabalho, um novo valor de 6 marcos, novo valor que o capitalista realiza vendendo a peça uma vez pronta. Desse novo valor, paga 3 marcos ao operário, mas guarda para si os outros 3 marcos. Ora, se o operário cria um valor de 6 marcos em 12 horas, em 6 horas (criará) um valor de 3 marcos. Portanto, ele já reembolsou o capitalista com o valor equivalente aos 3 marcos contidos no salário depois de trabalhar 6 horas para ele. Ao fim das 6 horas de trabalho, ambos estão quites, não devem um centavo um ao outro.

- Alto lá! Grita agora o capitalista. – Aluguei o operário por um dia inteiro, por 12 horas. Seis horas são só meio dia. Portanto, vamos continuar trabalhando até completar as outras 6 horas – só nessa altura é que ficaremos quites. E, com efeito, o operário tem de se submeter ao contrato aceito “de livre vontade”, segundo o qual se compromete a trabalhar 12 horas inteiras por um produto de trabalho que custa 6 horas de trabalho (...).

¹¹⁷Idem, p. 11. Canary nos fornece um exemplo interessante: “A produção média da indústria automobilística, segundo os dados da própria patronal, está hoje (2010) em 2,25 carros por trabalhador por mês. Arredondemos para 2, apenas para facilitar as contas. Isso significa que, ao longo de 1 mês, cada trabalhador do setor produz em média 2 carros. Supondo que o valor médio desses carros, para tomar apenas os mais baratos, seja R\$ 24.000,00, cada trabalhador gera, ao longo de 1 mês, um total de R\$ 48.000,00 em novas riquezas antes não existentes. Suponhamos também que o salário desse trabalhador seja de R\$ 2.000,00 e que ele trabalhe, de fato, apenas 24 dias por mês, pois folga aos domingos e em alguns sábados. Dividindo-se os R\$ 48.000,00 pelos 24 dias em que o trabalhador trabalha, temos exatos R\$ 2.000,00. Esse é, em média, o valor gerado por um trabalhador da indústria automobilística em um único dia de trabalho. Ou seja, o trabalhador médio de uma montadora produz em um único dia o valor de seu próprio salário mensal. Mas o contrato “justo e democrático” estabelecido com o patrão diz que o trabalhador deverá trabalhar não apenas 1 dia, mas sim 24 dias inteiros. Somente depois disso receberá o seu salário. Isso significa que, em 1 mês, o trabalhador trabalha 1 dia para pagar o seu salário e os outros 23 dias trabalha absolutamente *de graça*, sem nenhuma contrapartida por parte do patrão”. Cf. CANARY, Henrique. *O que é ... Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade*. São Paulo: Sundermann, 2012, pp. 11-12.

Tal é a constituição econômica da nossa atual sociedade: é somente a classe trabalhadora que produz todos os valores. Pois o valor é apenas outra expressão para trabalho, aquela expressão pela qual se designa, na sociedade capitalista dos nossos dias, a quantidade de trabalho socialmente necessário incorporada a uma determinada mercadoria. Esses valores produzidos pelos operários não pertencem, porém, aos operários. Pertencem aos proprietários das matérias-primas, das máquinas e ferramentas e dos meios financeiros que permitem a esses proprietários comprar a força de trabalho da classe operária. De toda a massa de produtos criados pela classe operária, ela só recebe portanto uma parte. E, como acabamos de ver, a outra parte, que a classe capitalista conserva para si e que divide, quando muito, ainda com a classe dos proprietários fundiários, torna-se, a cada nova descoberta ou invenção, maior ainda, enquanto a parte que reverte para a classe operária (parte calculada por cabeça) ora aumenta, mas muito lentamente e de maneira insignificante, ora não sobe e, em certas circunstâncias, pode mesmo diminuir.¹¹⁸

A relação entre o capital constante (cc), investido em máquinas, equipamentos e matéria-prima e o capital variável (cv), investido em salários é chamada de *composição orgânica do capital* (co) e pode ser expresso pela fórmula: $co = cc/cv$. O valor total da mercadoria compreende a soma de capital constante (cc), do capital variável (cv) e da mais-valia (mv) produzida. Assim $m = cc+cv+mv$. O mais importante é compreender que a taxa de mais-valia (tmv) mede o grau de exploração da força de trabalho. Ela é a relação entre trabalho necessário e trabalho excedente ou, de outra forma, a relação entre a mais-valia (mv) e o capital variável (cv). Pode ser expressa na fórmula: $tmv = mv/cv$.¹¹⁹

A taxa de lucro (tl), por outro lado, é a relação entre a mais-valia produzida pelos trabalhadores e a soma total do capital constante (cc), investido em meios de produção, e do capital variável (cv), investido em força de trabalho, expressa na fórmula: $tl = mv/cc+cv$. Como afirma Netto e Braz, o “lucro é a forma metamorfoseada com que a mais-valia aparece ao capitalista,

¹¹⁸ENGELS, Friedrich. Introdução. In: MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 27-28.

¹¹⁹Há uma diferença entre taxa de mais-valia e massa de mais-valia (ou mais-valor). Conforme Harvey, “Os capitalistas, sugere ele (Marx), estão muito interessados em maximizar a massa de mais-valor porque seu poder social individual depende da quantidade total de dinheiro que controlam. A massa de mais-valor é dada pela taxa de mais-valor multiplicada pelo número de trabalhadores empregados. Se esse número diminui, a mesma massa de mais-valor pode ser ganha com um aumento da taxa de mais-valor. Mas há um limite para a taxa de mais-valor, dado não apenas pelo fato de o dia ter apenas 24 horas, mas também por todas as barreiras sociais e políticas discutidas anteriormente. Diante desse limite, os capitalistas podem aumentar o número de trabalhadores empregados. Num certo ponto, porém, outro limite se apresenta: o do total de capital variável disponível e da oferta total de população trabalhadora. Obviamente, o último limite seria a população total, mas existem outras razões para que a força de trabalho disponível seja muito menor do que ela. Diante desses dois limites, o capital tem de lançar mão de uma estratégia inteiramente diferente para aumentar a massa de mais-valor”. Cf. HARVEY, David. *Para entender o capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 159-160.

e é esta forma a que imediatamente lhe interessa – com efeito, a rentabilidade de uma empresa é determinada pela sua taxa de lucro”.¹²⁰ Entretanto, para o trabalhador interessa, sobretudo, compreender a taxa de mais-valia e o grau de exploração da sua força de trabalho.

Com a obra *O Capital*, de Karl Marx, estava desvendado o segredo da produção capitalista, da riqueza social e da acumulação de capital. A riqueza do capitalista não é produto de sua natural capacidade de negociar, nem de nenhuma qualidade especial, como defendiam teóricos burgueses anteriores a Marx (e mesmo posteriores a ele), nem da proteção divina, como imaginavam outros, mas da exploração da força de trabalho assalariada na base da propriedade privada dos meios de produção.

Embora a Economia Política burguesa tomasse um caminho conservador a partir de meados do século XIX com a Economia Neoclássica, passando a negar a *teoria do valor-trabalho*, e, portanto, criticando fervorosamente a obra de Marx e Engels e a explicação marxista da estrutura, da dinâmica e das contradições da sociedade capitalista, o desenvolvimento da economia mundial ao longo do século XX só confirmou as tendências analisadas por Marx em *O Capital*.

2.4.5. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa

Os capitalistas procuraram, ao longo da história, formas de aumentar a extração de mais-valia dos trabalhadores, isto é, do trabalho excedente produzido pela força de trabalho e apropriado privadamente pelos capitalistas. Como dissemos, a jornada de trabalho é dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Na primeira parte da jornada, o trabalhador produz uma quantidade de trabalho (riqueza) correspondente ao salário recebido do capitalista. Na segunda parte da jornada, os trabalhadores produzem trabalho excedente, uma quantidade de riqueza não paga pelo capitalista. Marx denominou o trabalho excedente apropriado pelo capital à custa do trabalhador de *mais-valia*. Explica esse processo em *O Capital*:

¹²⁰NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006, p.144.

Já sabemos, entretanto, que o processo de trabalho continua além do ponto em que se reproduz o simples equivalente do valor da força de trabalho incorporado ao material, ao objeto de trabalho. Em vez das 6 horas para isso suficiente, dura o processo, por exemplo, 12 horas. A força de trabalho em atividade não só reproduz seu próprio valor, mas também cria valor excedente. Essa mais-valia constitui o excedente do valor do produto em relação ao valor dos componentes do produto consumidos, a saber, os meios de produção e a força de trabalho. Ao discorrer sobre os diversos papéis que os diferentes fatores do processo de trabalho desempenham na formação do valor do produto, na realidade caracterizamos as funções dos diversos componentes do capital no processo de produzir mais-valia. O excedente que o valor total do produto tem sobre a soma dos valores de seus elementos constitutivos é o excedente do capital ampliado sobre o capital originalmente despendido. Os meios de produção, de um lado, e a força de trabalho, do outro, são apenas diferentes formas de existência assumidas pelo valor do capital original ao despir-se da forma dinheiro e transformar-se nos fatores do processo de trabalho.¹²¹

Portanto, interessa ao burguês, desde o desenvolvimento do capitalismo, extrair o máximo possível de trabalho excedente. Para tanto, foram constituídos historicamente dois métodos de extração de trabalho excedente: a *mais-valia absoluta* e a *mais-valia relativa*. Marx resume esses métodos de extração de mais-valia assim: “Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da relação de trabalho”.¹²²

O primeiro desses métodos se concretiza pelo alongamento da jornada de trabalho ou pela intensificação do ritmo de produção durante a jornada, o que, na prática, corresponde ao aumento da jornada, tendo em vista que o capitalista consegue extrair da força de trabalho uma quantidade de trabalho excedente, de mais-valia, que só conseguiria em uma jornada maior.¹²³ Toda a história do capitalismo, desde a criação das primeiras fábricas até o século XIX é marcado por uma luta tenaz entre o capital e o trabalho em torno do prolongamento ou da redução da jornada de trabalho. Mesmo quando se

¹²¹MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, I. 1, v. I, 2002, p. 244. Para facilitar o entendimento do exemplo dado por Marx, é melhor o leitor utilizar a jornada de 8 horas diárias divididas em 4 horas de trabalho necessário e 4 de trabalho excedente, tal como o utilizamos mais acima, quando falamos da compra e da venda da força de trabalho.

¹²²Idem, p. 366.

¹²³Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *Introdução à teoria econômica marxista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 21.

conquistou a diminuição da jornada de trabalho para dez ou oito horas, essa luta não cessou. Como diz Marx:

O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador. A história dessa luta revela duas tendências opostas. Compare-se, por exemplo, a legislação fabril inglesa de nossa época com os estatutos de trabalho ingleses desde o século XIV até a metade do XVIII. Enquanto a legislação fabril moderna reduz compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos procuram prolongá-la coercitivamente.¹²⁴

Por outro lado, a *mais-valia absoluta* tem os seus limites, impostos pela própria constituição física e biológica dos indivíduos. Não é possível, dessa forma, um prolongamento permanente da jornada de trabalho, para além do limite físico da sobrevivência do trabalhador. O trabalhador precisa reproduzir a sua força de trabalho, precisa de repouso, de descanso, de alimentação, ou seja, o trabalhador precisa de um tempo, na escala das 24 horas do dia, para dedicar-se a outras coisas que não o trabalho, sob pena do esgotamento físico da classe operária. Marx resume dessa forma a avidez de lucro dos capitalistas e os limites do alongamento da jornada de trabalho:

O que é uma jornada de trabalho? Durante quanto tempo é permitido ao capital consumir a força de trabalho cujo valor diário paga? Por quanto tempo se pode prolongar a jornada de trabalho além do tempo necessário para reproduzir a própria força de trabalho? A estas perguntas, conforme já vimos, responde o capital: o dia de trabalho compreende todas as 24 horas, descontadas as poucas horas de pausa sem as quais a força de trabalho fica absolutamente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho, que todo o seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical, mesmo no país dos santificadores do domingo. Mas, em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo, sempre que possível, ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos como a caldeira consome carvão, e a maquinaria, graxa e óleo, como se fosse meio de produção. O sono moral necessário para restaurar, renovar e refazer as forças físicas reduz o capitalista a tantas horas de torpor estritamente necessárias para reanimar um organismo absolutamente esgotado. Não é a conservação normal da força de trabalho que determina o limite da jornada de trabalho; ao contrário, é o maior

¹²⁴Idem, pp. 312-313.

dispêndio possível diário da força de trabalho, por mais prejudicial, violento e doloroso que seja, que determina o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade.

A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba as suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho, encurtando a duração da sua vida.¹²⁵

Dada a luta de classes histórica do proletariado e demais assalariados pela diminuição da jornada de trabalho e a impossibilidade de prorrogá-la, sem uma luta de vida e morte contra os trabalhadores, os capitalistas inventaram a chamada *mais-valia relativa*, que, mantendo a mesma jornada de trabalho, procura, mediante o aumento da produtividade do trabalho, diminuir o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho, mediante o barateamento dos produtos indispensáveis à reprodução da força de trabalho. Diminuindo-se o tempo de trabalho necessário, aumenta-se o tempo de trabalho excedente e, portanto, a mais-valia produzida, base do lucro capitalista.

O segredo da extração de mais-valia pela forma da mais-valia relativa está em diminuir o valor da força de trabalho, mediante a redução do tempo de trabalho necessário à produção e reprodução da mercadoria força de trabalho, aumentando a produtividade e a produção de mercadorias dos ramos de produção direcionados aos produtos consumidos pelos trabalhadores:

Para diminuir o valor da força de trabalho, tem o aumento da produtividade de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, pretendendo ao conjunto dos meios de subsistência costumeiros ou podendo substituir esses meios. (...)

A mercadoria que barateia diminui naturalmente o valor da força de trabalho apenas na proporção em que participa na reprodução da força de trabalho.¹²⁶

Desde a Revolução Industrial, do final do século XVIII e começos do XIX, os capitalistas têm respondido constantemente às mobilizações, greves e resistências dos trabalhadores por meio dos aperfeiçoamentos tecnológicos da maquinaria e das instalações das fábricas. Na época do artesanato e das

¹²⁵Idem, pp. 306-307.

¹²⁶Idem, p. 366.

manufaturas, o capital tinha apenas um controle formal sobre o trabalho, o que Marx chama de *subsunção formal* dos trabalhadores aos capitalistas. Como o processo de produção era manual e dependia basicamente das capacidades e destreza da força de trabalho, o trabalhador podia ter certo controle sobre sua atividade, sobre o tempo e o movimento nos locais de trabalho. O capitalista, evidentemente, ficava muito insatisfeito com isso.

Com a Revolução Industrial, o capitalista implanta as máquinas em suas fábricas, impondo a chamada *subsunção material* dos trabalhadores ao capital. Agora, os trabalhadores se tornaram apêndices das máquinas. O ritmo de trabalho e da produtividade da força de trabalho é dado pelo movimento do sistema de máquina na empresa, sob controle integral do capital. Isso comporta uma intensificação do processo de trabalho e, portanto, o aumento da produtividade e da produção de mercadorias. Esse aumento da produtividade e da produção de mercadorias, à escala maior que nos períodos anteriores, levou à redução do tempo socialmente necessário à produção das mercadorias e, portanto, à redução do seu valor, refletindo na queda dos preços.

Isso ocorreu particularmente na produção de bens de subsistência, ligados ao consumo da maior parte da população, constituída pelos trabalhadores assalariados. É uma estratégia do capitalista para ganhar a concorrência com outros capitalistas e dominar mercados cada vez mais crescentes. Mas é, sobretudo, uma necessidade do capital para diminuir o valor da força de trabalho e, portanto, do seu preço: o salário. O capitalista sabe calcular bem o que é trabalho necessário e o que é trabalho excedente. Diminuindo a parte da jornada de trabalho na qual os trabalhadores produzem o trabalho necessário, isto é, o seu próprio salário, aumenta-se a parte da jornada dedicada à produção de trabalho excedente, ou seja, a *mais-valia*.

Mas, como dissemos, na formação do nível dos salários entram também os aspectos histórico-sociais e o desenvolvimento da luta de classes em cada país. O nível de organização dos trabalhadores assalariados é fundamental para reagir contra os processos de exploração introduzidos pelos capitalistas. Os trabalhadores, por meio de sua organização em associações e sindicatos, lutam não só contra a concorrência no seio da classe, como contra os ataques promovidos pelo capital para extrair a mais-valia. Por meio da organização,

mobilização e luta, nas quais se inserem as ideias e a política socialistas, os trabalhadores vão desenvolvendo a sua consciência de classe e acumulando forças necessárias ao combate mais decisivo: a luta pelo fim do próprio regime de assalariamento.

Evidentemente, em vários momentos da história do capitalismo, a burguesia utilizou – e continua a utilizar - ambos os métodos para o incremento da extração da mais-valia. Do ponto de vista do desenvolvimento do modo de produção capitalista, verifica-se que se procurou aperfeiçoar e revolucionar os meios técnicos e os métodos de produção para possibilitar uma maior extração de mais-valia relativa. As três grandes etapas desse processo são:

1) Cooperação: no início do capitalismo, os burgueses, que tinham dinheiro disponível, adquiriam matéria-prima e instrumento de trabalho, que eram distribuídos aos trabalhadores que não dispunham de meios de produção, responsáveis pela execução dos trabalhos encomendados por meio do trabalho em domicílio, característico das primeiras fases da indústria têxtil. Posteriormente,

um salto no desenvolvimento *das forças produtivas* aconteceu quando foi possível reunir sob um mesmo teto os meios de trabalho e os trabalhadores. Para isso, foi preciso enfrentar as regulamentações dos “grêmios” medievais, que impedia aos que não eram seus afiliados de executarem o ofício correspondente; muitas das primeiras oficinas se localizavam fora das cidades, para escaparem do controle. Depois, com o auge da produção capitalista, empregando mão de obra assalariada, as “corporações” e os “grêmios” foram varridos do mapa através de uma série de revoluções políticas. Do ponto de vista da produtividade, a cooperação nas oficinas possui vantagens evidentes em relação ao trabalho domiciliar: a) permite um incentivo e uma nivelção dos trabalhadores baseando-se no trabalhador mais rápido e mais hábil; b) complementarmente, permite um controle mais direto do capitalista sobre a qualidade e o ritmo de trabalho. O processo de trabalho ainda se mantém, sem dúvida, em nível artesanal: cada trabalhador processa a totalidade do produto, desde a primeira até a última fase.¹²⁷

2) Manufatura: com um maior aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, ocorre também um aprofundamento da divisão de trabalho e maior especialização dos trabalhadores nas fábricas e oficinas. O fato é que

O processo de trabalho se divide em várias fases e cada trabalhador executa uma fase diferente. Por exemplo: na cooperação, cada fabricante de alfinetes produzia um alfinete; na manufatura, a operação de produzi-los se divide em

¹²⁷Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *Introdução à teoria econômica marxista*. São Paulo: Boitempo, 1998, pp. 25-26.

várias fases como cortar o arame, endireitá-lo, afiá-lo, colocar-lhe a cabeça, etc., cada uma das quais é executada por um operário diferente. Consequências: aumento na velocidade e eficiência do trabalho, possibilidade de um maior controle por parte do patrão, desqualificação do trabalhador e maior dependência deste em relação ao capitalista. O período de aprendizagem do ofício se encurta bastante, aumenta a mão de obra no nível de qualificação exigido, e começam a desaparecer as exigências individuais do operário diante do patrão, de que se queixavam os capitalistas anteriormente.¹²⁸

3) Maquinismo e grande indústria: nas décadas finais do século XVIII e primeiras do século XIX, ocorreu um maior aperfeiçoamento técnico e dos métodos de produção, que passaram para a história com o nome de Revolução Industrial, com a introdução do sistema de máquinas no processo de produção nas grandes fábricas, que concentravam um grande número de trabalhadores. Um aparato mecânico é implementado na produção, que possui um sistema de ferramentas funcionando ao mesmo tempo, utilizando uma determinada forma de energia. Essas transformações técnicas e produtivas respondiam às necessidades do sistema capitalista, tendo em vista a expansão do comércio dentro dos países e internacionalmente, que impulsionava a produção de mercadorias e, portanto, uma maior extração de trabalho excedente, a mais-valia. Dessa forma,

As possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, a do barateamento do trabalho operário praticamente não conhecem limites. O processo produtivo ganha, por um lado, em velocidade, pois uma máquina executa simultaneamente operações antes separadas, mas sobretudo em continuidade, pois as máquinas permitem que o processo produtivo não sofra interrupção (por exemplo, a linha de montagem permanente), aparecendo a possibilidade de fazer funcionar uma fábrica 24 horas por dia. (...) essa revolução em matéria de economia de trabalho humano converte-se contraditoriamente no grande meio de escravização dos trabalhadores.¹²⁹

Esse processo de aperfeiçoamento técnico, por meio da introdução de máquinas modernas no processo de trabalho, teve conseqüências muito profundas nas relações de trabalho, particularmente por meio da simplificação de uma série de operações executadas pelos trabalhadores anteriormente. Do ponto de vista do operário, significa uma maior desqualificação, tendo em vista que a nova divisão do trabalho, aprofundada pelo maquinismo nas fábricas impõe ao trabalhador um domínio cada vez menor do processo de trabalho em

¹²⁸Idem, p. 26.

¹²⁹Idem, p. 27.

sua totalidade, restringindo a participação dos operários a uma parte do todo. Se antes era necessário um tempo muito grande para a assimilação de um ofício, com a introdução do sistema de máquinas e a simplificação das operações – o trabalhador se torna, como diz Marx, em *O Capital*, um apêndice da máquina -, em pouco tempo se consegue uma qualificação para realizar uma determinada operação na produção, como parte de um conjunto de operações de trabalho. O resultado é que quanto “maior a desqualificação, maior é a dependência do operário em relação ao capitalista, pois este tem à sua disposição um número muito grande de pessoas prontas a qualificarem-se rapidamente para ocupar um posto de trabalho”.¹³⁰

Por outro lado, a introdução dessas máquinas modernas no lugar de aliviar o processo de trabalho da classe operária, leva não só à intensificação do ritmo de trabalho nas fábricas como também às iniciativas de prolongar o máximo possível a jornada de trabalho. É uma contradição não da máquina, da ciência ou da técnica em si, mas do fato de serem criadas e implementadas na produção capitalista, no âmbito da sociedade burguesa. Afinal de contas, trata-se de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, na divisão aprofundada do trabalho e na exploração da força de trabalho. Não é casual que, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade do trabalho e, portanto, reduz a quantidade de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, resultando numa economia de trabalho, se não fossem as limitações físicas dos trabalhadores, impostas pela sua constituição biológica, as máquinas, controladas pelo capital, sugariam até o último segundo do dia, pois, tendo autonomizado o movimento e a atividade operativa do meio de trabalho, a produção ganha continuidade e intensidade, podendo funcionar durante todo o dia. Significa que as

máquinas sofrem, além do seu desgaste material, um desgaste “moral” (ficam obsoletas), com o constante aparecimento de novos modelos, mais baratos e aperfeiçoados no mercado. O capitalista tem interesse em “amortizá-la”, transferindo seu valor aos produtos o mais rápido possível, para evitar que se desvalorize. Para isso, usa um só método: fazê-las trabalhar sem parar; e, para isso, prolonga ao máximo a jornada de trabalho. O maquinismo é o instrumento e o motivo mais poderoso para a tendência dos capitalistas de prolongar a jornada de trabalho até os limites físicos da classe operária.¹³¹

¹³⁰Idem, p. 28.

¹³¹Idem, p. 29.

Outra consequência da introdução das máquinas ao processo de trabalho na sociedade burguesa é o fato de que o trabalho fica submetido à repetição da mesma atividade durante o tempo em que a executa. Trata-se, claramente, de um processo de embrutecimento dos trabalhadores, em particular as mulheres e jovens. O trabalho, regulado pelo relógio do capitalista, torna-se cada vez mais enfadonho, de modo que, como afirma Marx, em *Miséria da Filosofia*, o tempo é tudo, o homem já não é nada; é quando muito a carcaça do tempo. Nesse sentido, sob “o capitalismo, o enorme progresso que significa o aperfeiçoamento da maquinaria se transforma no meio mais eficaz de desumanização do homem: o pleno desenvolvimento de suas possibilidades físicas e intelectuais (espirituais) é exatamente o oposto da unilateralidade repetitiva da tarefa, a qual é estrangido pelo maquinismo”.¹³²

2.4.6. A acumulação de capital

Marx afirma em *O Capital*:

A conversão de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro passo dado por uma quantidade de valor que vai exercer a função de capital. Essa conversão ocorre no mercado, na esfera da circulação. O segundo passo, o processo de produção, consiste em transformar os meios de produção em mercadoria cujo valor ultrapassa o dos seus elementos componentes, contendo, portanto, o capital que foi desembolsado, acrescido de uma mais-valia. A seguir, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas na esfera da circulação. Importa vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, e converter de novo esse dinheiro em capital, repetindo continuamente as mesmas operações. Esse movimento circular que se realiza sempre através das mesmas fases sucessivas constitui a circulação do capital.

A primeira condição da acumulação é o capitalista conseguir vender suas mercadorias e reconverter a maior parte do dinheiro por elas recebido em capital.¹³³

O primeiro processo no movimento do capital se expressa na utilização pelo capitalista do capital-dinheiro na aquisição de meios de produção e força de trabalho. Esse primeiro momento ocorre na circulação capitalista, tendo em vista que os meios de produção (máquinas, equipamentos, matéria-prima,

¹³²Idem, p. 30.

¹³³MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, I. 1, v. II, 2006, p. 657.

instalações etc.) e a força de trabalho são mercadorias disponíveis no mercado.

A aquisição desses meios de produção e da força de trabalho se destina, evidentemente, ao processo de produção propriamente dito, quando, articulando-se meios de produção e força de trabalho, consegue-se transformar esses meios de produção em mercadorias novas, contendo não só o valor dos meios de produção, transferidos pelo trabalhador às novas mercadorias, como a *mais-valia*, o trabalho excedente não pago pelo capitalista.

Essas mercadorias são postas em circulação no mercado, e, quando vendidas, o valor é convertido em dinheiro, a *mais-valia* produzida antes, no processo da produção social, é realizada, transformada em capital-dinheiro. Esse capital-dinheiro volta ao capitalista, que terá de converter parte dele em nova fonte de valor, em capital. Essa é a primeira condição da acumulação capitalista, do seu lucro.

O capitalista é quem primeiramente se apropria dessa *mais-valia*, produto da exploração da força de trabalho. Mas não fica com toda a *mais-valia* produzida. Ele deve repartir com outros que cumprem funções no processo de produção e circulação de mercadorias, sejam também frações da burguesia ou não. É o caso do comerciante, que obtém uma parte dessa *mais-valia* na forma de lucro comercial. É o exemplo também da burguesia bancária e financeira, que se apropria de uma parte da *mais-valia* na forma de juros. O proprietário da terra, onde está instalada a fábrica, obtém uma parcela da *mais-valia* sob a forma de renda da terra. Enfim, os próprios capitalistas estão obrigados a repartir uma parte dessa *mais-valia* com os trabalhadores na forma dos salários pagos pela compra da força de trabalho.

O fato é que, seja qual for a forma social da produção, ela deve ter continuidade, tem de passar por determinados estágios para que possa cumprir com o seu papel social na reprodução da vida em sociedade. Significa dizer, como está analisado em *O Capital* de Marx, que “todo processo social de produção, encarado em suas conexões e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução”.¹³⁴ Em se tratando do capitalismo, estamos lidando com um modo de produção social mundializado,

¹³⁴MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, I. 1, v. II, 2006, p. 661.

que abarca e influencia de alguma forma todos os países e continentes, que atende a um mercado internacional e a bilhões de consumidores.

Marx explica esse processo contínuo de produção e reprodução social:

As condições da produção são, simultaneamente, as de reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reverter, de maneira constante, parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da produção nova. Permanecendo invariáveis as demais condições, só pode reproduzir ou manter sua riqueza no mesmo nível substituindo durante o ano, por exemplo, os meios de produção consumidos, isto é, instrumental de trabalho, matérias-primas e substâncias acessórias, por quantidade igual de artigos da mesma espécie, separados da produção anual e incorporados ao processo de produção que continua. Determinada parte do produto anual pertence, portanto, à produção. Destinada, desde a origem, ao consumo produtivo, essa parte possui formas que, em regra, tornam-na inteiramente inadequada ao consumo individual.¹³⁵

Tanto a produção quando a reprodução têm caráter capitalista em uma sociedade burguesa. Assim como o trabalho, no capitalismo, não é senão um meio para a valorização do capital, também a reprodução contínua das relações de produção capitalistas se destina a garantir a valorização do capital adiantado, em meios de produção e força de trabalho. Esse processo deve se repetir pelo menos na mesma escala ano a ano. Trata-se de *reprodução simples*, diz Marx,

Se o capitalista só utiliza esse rendimento para consumo, gastando-o no mesmo período em que o ganha. (...) Embora esta seja mera repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certos caracteres novos ou, antes, faz desaparecerem os caracteres aparentes que apresentava em sua ocorrência isolada.¹³⁶

Entretanto, o capitalista deve, para acumular capital, aplicar uma parte da mais-valia produzida pela força de trabalho no processo de produção. Marx adverte: “Vimos como a mais-valia se origina do capital e veremos agora como o capital nasce da mais-valia. Aplicação de mais-valia como capital ou conversão de mais-valia em capital é o que se chama acumulação de capital”.¹³⁷ O capitalista utiliza parte da mais-valia acumulada na forma de capital para inverter em meios de produção e força de trabalho.

¹³⁵Idem, *ibidem*.

¹³⁶Idem, p. 662.

¹³⁷Idem, p. 677.

Como afirmam Netto e Braz, a forma típica da reprodução na sociedade capitalista

é a reprodução ampliada (ou alargada). Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala da sua produção de mercadorias (aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho etc.).¹³⁸

O autor cita o seguinte exemplo para entender a reprodução ampliada:

Um capitalista investe, na produção de mercadorias, R\$ 10.000.000,00, sendo oito milhões em capital constante (*cc*) e dois milhões em capital variável (*cv*). Supondo-se que a taxa de mais-valia (*mv*) seja de 100% e que todo o capital constante entre no valor do produto, as mercadorias produzidas terão um valor total equivalente a R\$ 12.000.000,00 (8 milhões *cc* + 2 milhões *cv* + 2 milhões *mv*). Dessa mais-valia equivalente a R\$ 2.000.000,00, metade o capitalista a gasta em consumo pessoal, metade utiliza-a para ampliar a produção, na mesma proporção anterior (800 mil *cc* + 200 *cv*); assim, na nova produção, o capitalista terá um capital investido de R\$ 11.000.000,00 (8 milhões e 800 mil *cc* + 2 milhões e 200 mil *cv*); mantida a taxa de mais-valia e a participação de todo o capital constante no valor do produto, a nova produção terá valor equivalente a R\$ 13.200.000,00 (8 milhões e 800 mil *cc* + 2 milhões e 200 mil *cv* + 2 milhões e 200 mil *mv*). (...)

Importa assinalar, antes de mais, que a acumulação de capital depende da exploração da força de trabalho. Retornemos ao exemplo referido há pouco: o capital de R\$ 10.000.000,00 investido na proporção de 8 milhões em *cc* e 2 milhões em *cv*, com uma taxa de mais-valia (...) de 100%, apropria-se de *mv* equivalente a 2 milhões; mas se a taxa de exploração for de 200%, *mv* será equivalente a 4 milhões. Ou seja: quanto maior a exploração da força de trabalho, maior será a mais-valia e a acumulação. (...) o capitalista pode aumentar a taxa de exploração prolongando a jornada de trabalho, intensificando o ritmo e as cadências, introduzindo inovações, pressionando os salários para abaixo do valor da força de trabalho etc. Dos outros elementos interferem ainda no processo de acumulação. O primeiro é *o aumento da produtividade do trabalho*, que acelera a acumulação; o segundo é *a magnitude do capital investido*: (considerando a proporção *cc* e *cv*), maior a acumulação.¹³⁹

O capitalista sabe que a acumulação de capital depende da exploração da força de trabalho e, por isso, tenta de todas as formas extrair o máximo possível de trabalho excedente. Mas, como veremos em seguida, a concorrência entre os capitalistas os empurra a investir uma soma dos seus capitais, acumulados sob a forma de mais-valia, em aperfeiçoamentos técnicos para incrementar a produção de mercadorias e baixar o preço, vencendo os

¹³⁸NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006, p.125.

¹³⁹Idem, pp.126-127. Com as adaptações necessárias ao presente texto.

seus concorrentes e conquistando novos mercados. Entretanto, esse processo leva à tendência à queda da taxa de lucro.

2.4.7. Tendências e crise do capitalismo

Marx analisa, na parte sobre *A lei geral da acumulação capitalista*, a concentração e a centralização do capital, a tendência à queda da taxa de lucro, enfim a tendência do capitalismo de produzir, de um lado, uma imensa quantidade de riqueza, acumulada pela burguesia, e, de outro, uma enorme miséria, vivenciada cotidianamente pelos trabalhadores. Na concorrência acirrada, ocorre a centralização e a concentração do capital entre cada vez menos capitalistas, formando-se grandes monopólios e oligopólios. A concentração do capital ocorre internamente à produção com o aumento global do capital por meio da reprodução ampliada. A centralidade ocorre pelos processos de fusões e aglutinações de capitais, particularmente nos momentos de crise, em que uns capitalistas saem ganhando, enquanto outros acabam perdendo.

Portanto, o capitalismo produz de um lado uma grande quantidade de riquezas, por meio da utilização da força de trabalho dos trabalhadores e da extração da mais-valia no processo de produção social, e, de outro, miséria, fome, exploração, desemprego, precariedade do trabalho e opressão. A pauperização das massas é uma tendência geral do desenvolvimento capitalista, tendo em vista a desproporção crescente entre o que o trabalhador recebe, em termos de salários, e o que o capitalista acumula, em capitais. O capitalismo, em seu desenvolvimento, determina

uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza em um polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.¹⁴⁰

A ciência e a técnica se tornam, nas condições de aplicação burguesa, instrumentos de opressão dos capitalistas sobre os trabalhadores, incrementando o desemprego, comprovando as análises das contradições do

¹⁴⁰MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, I. 1, v. II, 2006, p. 749.

capitalismo, desenvolvidas por Marx, convertendo as crises conjunturais em uma crise estrutural profunda e insuperável nos limites do capitalismo. O problema, como coloca Marx em *O Capital*, não é a ciência ou a técnica em si, mas a sua função social na sociedade capitalista, a sua utilização no seio das relações de produção e de propriedade burguesas, fundadas na exploração do trabalho pelo capital. A sua aplicação na produção, ao invés de melhorar as condições de trabalho e aliviar o ritmo e a intensidade do trabalho humano, na verdade, tem efeitos contrários: o ritmo e a intensidade do trabalho só têm crescido com o objetivo de extrair o máximo de valor possível da força de trabalho, aumentando, dessa forma, o processo de acumulação de riquezas nas mãos de uma pequena minoria de capitalistas, em detrimento, inclusive, da saúde dos trabalhadores.

Mas, nesse processo, é preciso analisar alguns problemas fundamentais para entendermos a atual crise do sistema capitalista: a formação de uma taxa média de lucro, a tendência à queda da taxa de lucro e como o desenvolvimento das forças produtivas leva ao choque com as relações de produção capitalistas. Primeiramente, vejamos a questão da taxa média de lucro. Ávido pela extração de trabalho excedente (mais-valia) e pela obtenção de uma taxa de lucro maior, o capitalista procura investir o seu capital naqueles ramos mais lucrativos da economia. Como afirma Netto e Braz:

Ora, o objetivo do capitalista é *umentar sempre* (ou, no linguajar técnico, *maximizar*) a sua taxa de lucro, é facilmente compreensível que ele queira investir o seu capital naquela empresa ou naquele ramo produtivo em que a taxa de lucro é mais alta e, na realidade, *as taxas de lucro variam entre empresas do mesmo ramo e entre empresas de ramos diferentes*. Essa variação é explicável pela diferente composição orgânica do capital (seja em empresas do mesmo ramo, onde umas se encontram mais avançadas que outras, seja em empresas de ramos distintos, com diversificados graus de mecanização), o que faz com que iguais investimentos totais obtenham taxas de lucro diferenciadas. Entretanto, tal variação está sempre posta em questão e há formas de travá-la transitoriamente.¹⁴¹

Considerando a fórmula da taxa de lucro, qual seja, $lt = mv/cc+cv$, no sentido de que a taxa de lucro (lt) é uma relação entre a mais-valia produzida (mv) e a soma total do capital constante (em máquinas, ferramentas, equipamentos, matéria-prima) e variável (salários) investido, utilizemos um

¹⁴¹NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006, p.144.

exemplo dado por Netto e Braz em seu livro *Economia Política: uma introdução crítica*:

Suponha o leitor duas empresas do mesmo ramo, nesta ilustração o têxtil: a *empresa A* e a *empresa B*. Admitamos que, em ambas, a taxa de mais-valia seja a mesma (100%) e que o investimento total dos capitalistas (*cc* e *cv*) seja o mesmo, da ordem de R\$ 10.000.000,00, mas que a composição orgânica seja distinta: em *A*, *cc* equivale a R\$ 5.000.000,00 e *cv* a R\$ 5.000.000,00, enquanto em *B*, respectivamente, a R\$ 8.000.000,00 e a R\$ 2.000.000,00. Neste caso, se os tecidos produzidos fossem vendidos pelo seu valor, a taxa de lucro seria muito diferente: em *A*, 50% e, em *B*, 20%.¹⁴²

De fato, poderia se pensar que se há duas empresas (*A* e *B*) que investem o mesmo capital total em capital constante (*cc*) e capital variável (*cv*), em proporções diferentes e se a empresa que investe menos em aperfeiçoamento técnico, isto é, em *cc*, é a que obtém uma maior taxa de lucro, chegaríamos à conclusão de que os capitais da empresa mais avançada tecnicamente – com mais investimento em máquinas, ferramentas e equipamentos –, tenderia a se deslocar para as empresas mais atrasadas e investir menos em *cc* para obter taxas semelhantes à sua concorrente. Mas, como afirmam Netto e Braz, as coisas se passam de maneira oposta:

Se assim fosse, o capital, nesse ramo, para obter mais lucros, se moveria, numa verdadeira migração (movimento distinto da *rotação* que já analisamos), para as empresas mais atrasadas, de mais baixa composição orgânica do capital: o capitalista proprietário da empresa *B* trataria, bem depressa, de tornar a sua empresa igual à *A*. Todavia, a análise da dinâmica capitalista demonstra e comprova que não é assim que as coisas se passam – passam-se exatamente ao contrário.¹⁴³

Na verdade, ao contrário do que poderia pensar o senso comum, o que ocorre é o seguinte:

No caso do exemplo acima, dada a diferente composição orgânica do capital, o *valor* das mercadorias (tecidos) produzidas pelas duas empresas será também diferente; entretanto, a concorrência entre elas fará com que o *preço* dos tecidos seja determinado não pelo valor das mercadorias que cada uma delas produz, mas pelo valor *socialmente determinado*, que corresponde ao *tempo de trabalho socialmente necessário* nessa conjuntura para a produção de tecidos. Isso significa uma vantagem para as empresas mais avançadas, com mais alta composição orgânica do capital; mas em pouco tempo, essa vantagem desaparecerá: a concorrência obrigará a empresa menos avançada a se modernizar, alcançando os ganhos da outra (caso contrário, ela será alijada da competição) – e não é preciso dizer que esse movimento é infundável,

¹⁴²Idem, p. 145. Com as adaptações necessárias ao presente texto.

¹⁴³Idem, *ibidem*.

reproduzindo sempre um relativo desnível entre todas as empresas do ramo; também não é preciso dizer que, nesse processo interminável, muitas empresas sucumbem e outras se fortalecem. Mas o que esta ilustração indica – e este é o fato a ser ressaltado – é que as taxas de lucros das empresas tendem, ao cabo de certo tempo, a se *nivelar*: se, inicialmente, as empresas mais avançadas obtêm um *lucro adicional* (ou *superlucro*), logo depois as outras também alcançarão a mesma taxa de lucro.¹⁴⁴

É possível analisar esse processo também se comparadas empresas de ramos diferentes da economia. Vejamos outro exemplo dado pelos mesmos autores:

Tomemos agora, como exemplo para ilustrar com indústrias de ramos diferentes, três empresas, uma do setor têxtil (*empresa X*), uma do setor metalúrgico (*empresa Y*) e uma do setor de produção de bens de capital (*empresa Z*). Suponhamos que, em todas elas, o investimento total (*cc* e *cv*) tenha sido o mesmo: R\$ 10.000.000,00; mas admitamos que a composição orgânica de cada uma delas seja diferente: na *empresa X*, *cc* equivale a R\$ 7.000.000,00 e *cv* a R\$ 3.000.000,00/ em *Y*, *cc* equivale a R\$ 8.000.000,00 e *cv* a R\$ 2.000.000,00 e, em *Z*, *cc* equivale a R\$ 9.000.000,00 e *cv* a R\$ 1.000.000,00; admitamos, também, que em todas elas a taxa de mais-valia seja a mesma: 100%. Nesse caso, se as mercadorias fossem vendidas pelo seu valor (*cc+cv+mv*), a taxa de lucro seria muito diferente: 30% na empresa *X*, 20% em *Y* e 10% em *Z*. Ora, pelo caráter mesmo da produção capitalista, que visa ao lucro, isso ocasionaria a migração do capital para os setores *mais lucrativos* – o capitalista da empresa *Z* trataria rapidamente de abandonar a sua área de produção para investir numa empresa similar à *X*.

Essa migração de capitais efetivamente existe e constitui, ela também, parte do movimento do capital (...). Mas também aqui a migração *não se opera* do modo como, aparentemente, ela se realizaria no exemplo que acabamos de oferecer: de um setor onde as forças produtivas se mostram mais avançada (a empresa *Z*, com elevada composição orgânica do capital) para um setor de menor desenvolvimento (a empresa *X*, com baixa composição orgânica do capital). Não é isso o que de fato ocorre na dinâmica capitalista; ao contrário, *o que se passa é a migração de capitais para os setores mais avançados (com composição orgânica de capital mais alta) da economia*.

Vejamos as nossas empresas *X*, *Y* e *Z*. Se as suas mercadorias fossem vendidas pelo equivalente ao seu valor, a taxa de lucro beneficiaria a empresa *X*, fazendo com que o capitalista da empresa *Z* migrasse para o setor têxtil. Haveria, pois, uma oferta aumentada de têxteis, o que levaria os capitalistas, pressionados pela concorrência, a reduzirem a sua taxa de lucros para poder vendê-los – uma redução, por exemplo, a 20%. Por outra parte, a produção de máquinas, permanecendo a mesma demanda, tornar-se-ia menor, permitindo ao capitalista que nela permanece aumentar o preço de suas mercadorias e elevar a sua taxa de lucro, por exemplo, para 20%. Evidentemente, esses ajustes demandam algum tempo, mas acabam, por fim e por algum período, por estabelecer uma taxa de lucro similar (neste exemplo, da ordem de 20%) em todos os ramos e setores.¹⁴⁵

¹⁴⁴Idem, *ibidem*.

¹⁴⁵Idem, pp. 145-147. Com as adaptações necessárias ao presente texto.

A conclusão dos autores é que, de fato, a dinâmica capitalista, compreendida como movimento total do capital, e não apenas as suas manifestações particulares,

engendra uma tendência ao nivelamento das taxas de lucro. Daí que se tenha uma taxa média de lucro, que não resulta apenas da exploração a que cada capitalista particular submete os trabalhadores que subordina e que proporciona por algum tempo *um lucro similar a capitais de mesmo volume investidos em diferentes ramos da produção*. É por isso que a migração de capitais, mesmo ocorrendo, não compromete a reprodução – comprometeria se essa taxa média não fosse assegurada pelo próprio movimento total do capital. Mas note o leitor que, aqui como em todas as outras situações, estamos mencionando a *dinâmica capitalista*; isso significa, mais uma vez, que, sendo o movimento a própria condição para a valorização do capital, os equilíbrios alcançados são sempre relativos e momentâneos – a taxa média de lucro também varia e está sempre em modificação.¹⁴⁶

Outro problema relevante é a *tendência à queda da taxa de lucro*. A concorrência entre os capitalistas leva-os a inovar permanentemente, introduzindo a técnica mais moderna no processo de produção (capital constante), tendo em vista a produção de mais mercadorias, a um preço menor. Assim, inovam tecnologicamente para reduzir o tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias e ganhar a concorrência com seus pares. A mudança na composição orgânica do capital – relação entre capital constante (cc) e capital variável (cv), expressa na fórmula $co=cc/cv$ - leva à *tendência à queda da taxa de lucro*, com a redução do capital variável (cv), investido em salários, e aumento do capital constante (cc), investido nas máquinas, equipamentos, instalações e matéria-prima.

Mas essa tendência geral do modo de produção capitalista comporta contratendências:

Em suma: na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzem o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é *individualmente* vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para *todos os capitalistas*. A lei *tendencial* que leva à queda da taxa de lucro não tem nada de misterioso. Recordemos que a taxa de lucro se expressa pela fórmula $tl = mv/cc+cv$ (tl, taxa de lucro; mv, mais-valia; cc, capital constante e cv, capital variável); ora, se se eleva cc – e é isso o que ocorre com a introdução de novos métodos produtivos -, tl necessariamente cai. O significado crucial desse fenômeno é que ele demonstra que a produção capitalista, no seu próprio desenvolvimento, engendra *barreiras* e *obstáculos* à

¹⁴⁶Idem, 147.

sua expansão. (...) Entretanto, estamos em face de uma tendência que é constitutiva do Modo de Produção Capitalista (MPC) – trata-se mesmo de tendência: se ela se realizasse integralmente, o MPC entraria em colapso. A história do MPC é também a história de como a classe capitalista, a burguesia, tem desenvolvido meios para aumentar e conservar a taxa de lucro ou, se se quiser, para reverter a tendência à queda da taxa de lucro; a simples existência desses meios (que operam como *contratendências*) é uma comprovação adicional dessa lei. Entre tais meios, contam-se: a) *o barateamento do capital constante* – com isso, mesmo que se eleve a composição orgânica do capital, seu valor pode continuar o mesmo ou até cair; b) *a elevação da intensidade da exploração* – através do incremento da produção de mais-valia absoluta ou relativa; c) *a depressão dos salários abaixo do seu valor* – através da implementação de reduções salariais; d) *o exército industrial de reserva* – a “superpopulação relativa” é utilizada pelos capitalistas ou para reduzir os salários ou para aproveitá-la em empresas com baixa composição orgânica do capital que, assim, tornam-se competitivas; e) *o comércio exterior* – o comércio entre um país mais desenvolvido e um menos desenvolvido dá vantagens especiais (superlucros) aos capitalistas do primeiro.¹⁴⁷

A tendência à queda da taxa de lucro, o caráter anárquico da economia burguesa e as condições de exploração e miséria da classe trabalhadora são parte das contradições do modo de produção capitalista, que estão na base das crises do sistema. Marx deu ao problema das crises do capitalismo uma atenção determinante em *O Capital*. Ao contrário dos economistas burgueses, que defendiam um suposto equilíbrio permanente do mercado e desprezavam a importância das crises, Marx demonstrou o caráter cíclico da economia capitalista. O capitalismo desenvolve contradições internas, que, periodicamente, levam-no a crises cada vez mais profundas. São as leis históricas da sociedade burguesa, estudadas em *O Capital*, desenvolvidas posteriormente por outros teóricos marxistas, particularmente quanto ao domínio dos monopólios e do capital financeiro, previstos em suas tendências por Marx.

Analisando o problema das crises econômicas do capitalismo, Mandel destaca:

O capitalismo tem tendências a expandir a produção de maneira ilimitada, a alargar o seu ramo de atuação ao mundo inteiro, a encarar todos os homens como clientes potenciais (há que sublinhar uma curiosa contradição, da qual Marx já falou: cada capitalista queria sempre que os outros capitalistas aumentassem os salários dos seus operários, porque os salários desses operários representam poder de compra para as mercadorias do capitalista em questão. Mas não admite que os salários dos seus próprios operários aumentem, porque isso reduziria evidentemente o seu próprio lucro).

¹⁴⁷Idem, pp.153-154. Com as adaptações necessárias ao presente texto.

Existe por conseguinte uma extraordinária estruturação do mundo que se torna uma unidade econômica, com uma interdependência extremamente sensível entre as suas diferentes partes. São conhecidos todos os estribilhos que a este respeito foram utilizados: se alguém espirra na Bolsa de Nova Iorque, há 10.000 camponeses da Malásia que ficam arruinados.

O capitalismo produz uma extraordinária interdependência dos rendimentos e unificação dos gostos de todos os homens. O homem torna-se bruscamente consciente de toda a riqueza das possibilidades humanas, ao passo que na sociedade pré-capitalista estava fechado nas estreitas possibilidades naturais de uma só região. (...)

É nas crises econômicas que a contradição entre a socialização progressiva da produção e a apropriação privada que lhe serve de motor e de suporte se revela de maneira mais extraordinária. Porque as crises econômicas capitalistas são fenômenos inverossímeis, como nunca antes se tinha visto. Não são crises de *penúria*, como todas as crises pré-capitalistas; são crises de *superprodução*. Não é por haver demasiadamente pouco que comer, mas por serem relativamente demasiados os produtos alimentares que os desempregados bruscamente morrem de fome.

À primeira vista, isto parece ser uma coisa incompreensível. Como é que se pode morrer de fome por haver alimentação demais? Mas o mecanismo do regime capitalista faz compreender este aparente paradoxo. As mercadorias que não encontram compradores não somente deixam de realizar a sua mais-valia, mas nem sequer mesmo já reconstituem o capital investido. A má venda obriga, pois, os empresários a fechar as portas das empresas. São, por isso, obrigados a despedir os seus trabalhadores. E visto que esses trabalhadores despedidos não dispõem de reservas, visto que não podem subsistir senão vendendo a sua força de trabalho, o desemprego condena-os evidentemente à mais brutal miséria, precisamente porque a abundância relativa das mercadorias provocou a sua má venda.

As crises econômicas periódicas são inerentes ao regime capitalista e permanecem para ele insuperáveis. (...) As crises são a mais nítida manifestação da contradição fundamental do regime, e o aviso periódico de que está condenado a morrer tarde ou cedo. Mas não morrerá jamais de morte automática. Será sempre preciso dar-lhe um empurrãozinho consciente para o condenar definitivamente, e esse empurrão é a nós e ao movimento operário que compete dar.¹⁴⁸

O capitalismo desintegrou a velha sociedade feudal, de alto a baixo, por um processo de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais profundas, convertendo os produtores diretos em trabalhadores assalariados, proletários, sem nenhuma outra forma de ganhar a sobrevivência a não ser vendendo a sua força de trabalho como mercadoria, pondo-a à disposição do capitalista. Posto o modo de produção a andar com seus próprios pés, desdobra-se outra etapa, em que prosseguem, sob nova forma, a socialização do trabalho, a conversão do solo e de outros meios de produção em meios de

¹⁴⁸MANDEL, Ernest. Iniciação à Teoria Econômica Marxista. In: MANDEL, Ernest, SALAMAS, Pierre e VALIER, Jacques. *Introdução à teoria econômica*. São Paulo: Sundemann, 2006, pp. 57-59.

produção coletivamente empregados, em comum, e, conseqüentemente, a necessidade de expropriação dos proprietários privados burgueses.

O conflito entre a produção social e a apropriação privada da riqueza tem raízes profundas e precisa ser resolvido, sob pena de se imporem as tendências bárbaras do desenvolvimento da crise estrutural do capitalismo. Esse nó, não desatado pelas crises de superprodução, só pode ser desfeito por uma transformação social profunda, que supõe todo um processo político de constituição dos trabalhadores em força social politicamente organizada, capaz de superar o capitalismo e reconstituir a sociedade em bases socialistas, como ponto de partida para sociedade sem classes, o comunismo.

Em outras palavras, o que tem de ser expropriado agora não é mais aquele pequeno trabalhador independente, e sim o capitalista que explora muitos trabalhadores:

Essa expropriação se opera pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista, pela concentração dos capitais. Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. À medida que diminui o número de magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração, mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.¹⁴⁹

Como ficou evidenciado ao longo do século XX, o capitalismo não cai de podre, por mais desagregadoras que sejam as suas contradições, que levam a humanidade a guerras, à destruição de forças produtivas, à miséria, ao desemprego, à fome e ao exaurimento da natureza. Como observou Marx, “A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do

¹⁴⁹MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, I.1, v.1, 2002, pp. 876-877.

processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.¹⁵⁰

No máximo, ao desenvolver as suas contradições sociais, arrasta a humanidade para a barbárie, mas descarrega sobre os trabalhadores os efeitos nefastos das crises econômicas. É o que percebemos na atual crise econômico-financeira, iniciada nos EUA em 2007-2008, expandida para a Europa, América Latina e demais continentes. Para quem achava que Marx estava morto e o capitalismo triunfante, surpreendeu-se com o estouro da crise e a profunda atualidade da teoria marxista.

Engels resumiu a explicação marxista sobre a exploração capitalista da seguinte forma:

O socialismo [utópico] criticava o regime capitalista de produção existente e suas consequências, mas não conseguiu explicá-lo e, portanto, também não poderia destruí-lo, limitando-se apenas a repudiá-lo, simplesmente, como imoral. Era preciso, porém, entender esse regime capitalista de produção em suas conexões históricas, como um regime necessário para uma determinada época histórica, demonstrando, com isso, ao mesmo tempo, seu aspecto condicional histórico, a necessidade de sua extinção e do desmascaramento de todos os seus disfarces, uma vez que os críticos anteriores se limitavam apenas a apontar os males que o capitalismo engendrava em vez de assinalar as tendências das coisas a que obedeciam. A principal máscara, sob a qual se disfarçava o capitalismo, caiu por terra com a descoberta da mais-valia. Esta descoberta revelou que o regime capitalista de produção e a exploração dos operários que dele se origina tinham, como base fundamental, a apropriação do trabalho não pago. Revelou ainda que o capitalista, mesmo supondo-se que comprasse a força de trabalho de seu operário por todo o seu valor, por todo o valor que representava como mercadoria no mercado, e que este excedente do valor, esta mais-valia era, em última instância, a soma do valor de que provinha a massa cada vez maior de capital acumulado nas mãos das classes possuidoras. Desde então, o processo da produção capitalista e o da criação do capital já não continham nenhum segredo. Estas duas descobertas: a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista que se resume na mais-valia são devidas a Karl Marx. Graças a estas descobertas, o socialismo converte-se em uma ciência, que não é preciso senão desenvolver em todos os seus detalhes e concatenações.¹⁵¹

Marx e Engels levaram adiante a tarefa de aprofundar a sua concepção materialista da história com a análise crítica da Economia Política e da própria sociedade burguesa, o que se fez com a publicação das obras econômicas mais importantes como *Para a crítica da economia política* (1859) e *O Capital* (1867). O conjunto da análise de *O Capital* sobre as categorias da sociedade

¹⁵⁰Idem, p. 571.

¹⁵¹ENGELS, LÊNIN e TROTSKY. *Breve introdução ao O Capital de Karl Marx*. Brasília: Ícone, 2008, pp. 117-118.

capitalista, a sua origem, desenvolvimento, estrutura e contradições, que desembocam em crises periódicas, forneceu ao movimento operário e socialista uma base científica à luta pela superação do capitalismo e constituição do socialismo.

Claro que, como marxistas, não podemos nos limitar às análises empreendidas por Marx em *O Capital*. Marx viveu e escreveu na época do capitalismo liberal-concorrencial, e somente depois da sua morte o capitalismo se converteu em imperialismo, fase de desenvolvimento do capital marcada por guerras, revoluções e contrarrevoluções. Assim, toda a análise de Marx em *O Capital* deve ser completada pelas contribuições do marxismo ao longo do século XX, especialmente as análises de V. I. Lênin, Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo sobre a fase atual de decadência do capitalismo de monopólios, o imperialismo, e a relação com as economias capitalistas dos países capitalistas atrasados (chamados também de periféricos, dependentes), como parte da economia mundial.

Não é objeto desse livro expôr as contribuições dos marxistas no século XX sobre a sociedade capitalista em sua fase imperialista. É preciso, entretanto, deixar claro que, para Lênin,

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista, quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a transformar-se em seu contrário, quando as características de uma época de transição do capitalismo a uma ordem econômica e social superior ganharam corpo e se revelaram em todas as esferas. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas vimos ela transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de não mais que uma dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, decorrentes da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e imensos. O monopólio é a transição do capitalismo para uma ordem superior.

Se fosse necessário definir o imperialismo da forma mais breve possível, dever-se-ia dizer que ele é o estágio monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de

grupos monopolistas de industriais e, por outro, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido.

Mas as definições excessivamente breves, ainda que cômodas por conter o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas características muito importantes do fenômeno a ser definido. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger as múltiplas relações de um fenômeno na integralidade de seu desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua as seguintes cinco características fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começam; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou.¹⁵²

Certamente, as análises empreendidas por Marx em *O Capital* – somadas, evidentemente, às análises de Engels em outras obras – foram fundamentais para que Lênin e outros marxistas do século XX efetuassem a explicação científica da fase imperialista do capitalismo e, a partir dessa elaboração, produzissem toda a análise da estratégia e da tática adequada ao movimento operário e socialista. Para isso, foi imprescindível a assimilação do método do materialismo histórico, base de toda a obra de Marx e Engels. Esse método, aplicado de forma criadora em *O Capital*, permite à teoria marxista

¹⁵²Cf. LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 123-124. Consultar também: LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985; MANDEL, Ernest. *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978; *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1985; *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1985; *Tratado de economia marxista*. México: Era, 1969; SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962; BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977; BARAN, P. A. e SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974; DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; BUKHARIN, Nicolai. *ABC do comunismo*. Bauru-SP: Edipro, 2002; *A economia mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984; ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 2001; SALAMA, Pierre e VALIER, Jaques. *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002; COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2002; NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006; BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006; WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

penetrar profundamente na realidade em movimento, desvelando-a e extraíndo o que há de essencial em sua transformação histórica.

2.5. Conclusões

Toda a análise de Marx e Engels sobre a sociedade capitalista se apoia no materialismo dialético, como método de pensamento, e na concepção materialista da história. O objetivo fundamental dessa análise é compreender a origem, o desenvolvimento, as contradições e a crise da sociedade burguesa, em síntese, as condições objetivas e subjetivas para a luta pelo socialismo, como transição para uma sociedade sem classes, comunista.

O fundamental é que, ao contrário das ideologias burguesas de justificação do capitalismo, Marx e Engels concluem que, tal como as demais formações sociais e econômicas ao longo da história da humanidade, o capitalismo é uma sociedade transitória, e que, portanto, é superável e substituível por outra forma de sociabilidade. Os fundadores do marxismo colocam abaixo toda e qualquer pretensão da classe dominante de transformar a sua forma de dominação econômica, social e política como o fim da história, como a última etapa no desenvolvimento da vida social.

Nesse sentido, Marx e Engels, ao criarem a concepção materialista da história e desvelar todo o processo de produção de riqueza da sociedade capitalista – fonte do lucro do capital - fundamentam de maneira científica o processo de organização política da classe trabalhadora, e constituem uma base segura de conhecimentos e um método de análise da realidade, que forma o que chamamos de socialismo científico.

Por isso, sem a assimilação e desenvolvimento da teoria marxista, de acordo com as condições da atualidade, não é possível travar uma luta consequente contra a exploração do capital sobre o trabalho e, portanto, pela revolução proletária. A tarefa colocada é unir dialeticamente a teoria revolucionária com a prática política de classe com o objetivo de concretizar a tarefa de superação da sociedade capitalista e reconstruir a sociedade sobre bases socialistas.

2.6. Bibliografia

- BRUSCHI, Valeria et. al. *Mais Marx: material de apoio à leitura d'Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BUKHARIN, Nicolai. *ABC do comunismo*. Bauru-SP: Edipro, 2002.
- _____. *A economia mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CANARY, Henrique. *O que é ... Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Introdução à teoria econômica marxista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. *O Capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2002.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ENGELS, Friedrich. *Esboço de crítica da economia política*. In: ENGELS, Friedrich. *Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. *Introdução*. In: MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Prefácio da quarta edição alemã*. In: MARX, Karl. *O Capital: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ENGELS, LÊNIN e TROTSKY. *Breve introdução ao O Capital de Karl Marx*. Brasília: Ícone, 2008.
- HARVEY, David. *Para entender o capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LENIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979.
- _____. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Introdução à Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *A sociedade comunista primitiva e sua dissolução*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
- MANDEL, Ernest. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001.
- _____. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx (de 1843 até a redação de O Capital)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- _____. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1985.
- _____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____. *Tratado de economía marxista*. México: Era, 1969.
- _____. *Iniciação à Teoria Econômica Marxista*. In: MANDEL, Ernest, SALAMAS, Pierre e VALIER, Jacques. *Introdução à teoria econômica*. São Paulo: Sundemann, 2006.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Prefácio à Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Introdução*. In: MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- _____. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Góbal, 1987.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2003.
- _____. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Glosas Críticas Marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social", de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002.
- _____. *O Capital: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *O capital: livro I, capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____. Posfácio da segunda edição. In: MARX, Karl. *O Capital: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MEGHNAD, Desai. Economia Política. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.
- NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 2001.
- SALAMA, Pierre e VALIER, Jaques. *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco Pereira. *Marx Atual*. Salvador-BA: Arcádia, 2013.
- _____. *Marx e Engels: Uma introdução*. Salvador-BA: LeMarx, 2017.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- _____. e BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- _____. BARAN, P. A. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- _____. et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- TROTSKY, Leon. *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. *O marxismo de nossa época*. In: TROTSKY, Leon. *O Imperialismo e a crise econômica mundial*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.